

SESSÕES DO PLENÁRIO

63ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de junho de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 08/06/2015, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Eduardo Salles comunicando que, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos

dias 01, 02 e 03/06/2015.

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 26 e 27/05/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, quero registrar que pela manhã, no Plenarinho da Casa, realizamos uma importante audiência pública sobre o assédio sexual no transporte coletivo. Ela foi baseada em várias denúncias que recebemos de pessoas que nos contaram sobre o seu constrangimento de ver acocharem as mulheres. Antigamente, era fazer terra. Ouvimos depoimentos de mulheres, de pessoas que sofreram esse tipo de constrangimento.

A audiência foi muito representativa, com a presença do Ministério Público, da Defensoria e dos Movimentos de Mulheres, principalmente de Itabuna, de onde veio uma comitiva porque uma professora e advogada foi assediada no transporte coletivo quando se dirigia para ministrar aula lá. Foi um debate importante com autoridades policiais da Secretaria da Segurança Pública e Sindicatos dos Rodoviários e das Empresas de Transporte Coletivo.

Depois de vários debates, fechamos uma pauta que não dará tempo de fazer a leitura agora. Mas estamos sistematizando através de um grupo de trabalho para que realmente comecemos a discutir, debater, publicizar e fazer campanhas contra esse tipo de crime, que parece uma brincadeira, uma coisa menorzinha: “Não, só porque o cara encostou na menina?!” Assistimos a alguns vídeos que nos deixaram bastante constrangidas, porque é mesmo um absurdo.

Nós sabemos que, obviamente, a base dessa violência é a questão de muitos homens ainda acharem que a mulher é objeto do seu prazer e que não há nenhum problema. A base do debate e da discussão é se a mulher pode ser propriedade do homem.

Eu fiquei feliz, apesar de a audiência terminar quase à uma da tarde, porque muitas pessoas se pronunciaram. Criamos uma rede de proteção à mulher e de discussão desse tipo de violência. Acho que nós mulheres temos ainda muitas demandas a serem travadas para conquistarmos a cidadania plena, mas a violência é a pior delas. Gosto sempre de registrar isso. O assédio sexual no transporte público é mais uma forma de violência, e a Bahia não está colocada numa posição muito boa.

Uma pesquisa feita por uma entidade humanitária que não sei dizer o nome, porque está em Inglês, diz que 44% das mulheres pesquisadas afirmam que já sofreram algum tipo de assédio. Então, vamos continuar fazendo essa discussão. Peço o apoio desta Casa para mais essa luta, mais esse enfrentamento da violência contra a

mulher.

Quero ainda registrar, nestes minutinhos que me restam, a nossa satisfação por termos participado do 5º Congresso Nacional do nosso partido. Fizemos um balanço positivo. O Partido dos Trabalhadores vive um cerco da grande mídia, dos conservadores e das grandes elites, que não se conformam com as mudanças e o projeto de transformação deste Brasil comandado pelo PT e têm feito todo tipo de cerco para ver se nos emparedam e destroem.

Hoje inclusive existe uma tentativa de cassar o registro do PT. Mas a força que esse Congresso demonstrou e a maneira como foram debatidas e aprovadas todas as nossas pautas nos deixaram muito satisfeitas. Assim como em 85 tentaram cassar o mandato dopresidente Lula e derrubar o nosso partido, desta vez eles também serão derrotados. Saímos vitoriosos. Não dá para falar de todas as pautas. Votei com uma parte mais à esquerda do meu partido, perdi todas as nossas propostas, mas o Congresso foi vitorioso. A tentativa da Direita, através desses movimentos que pedem o impeachment da presidente, não teve sucesso. Foi um fracasso, uma vergonha!

Viva o nosso partido! Viva o Partido dos Trabalhadores! Viva a força do trabalhador brasileiro!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Tom Araújo, pelo tempo de até 5 minutos. Se precisar, V.Ex^a terá um pequeno acréscimo.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com uma satisfação muito grande que subo a esta tribuna na tarde desta terça-feira chamando a atenção para um fato extremamente relevante que atinge de maneira muito direta a microrregião do Sisal e a Bacia do Jacuípe.

Tem uma estrada, a BA-120, que leva de Riachão do Jacuípe a Conceição do Coité. É indecente a forma como este governo trata a microrregião do Sisal! É no mínimo indecente. Primeiro, pela força com que o PT foi agraciado nas últimas eleições em 2014. Nada mais justo do que retribuir ao eleitor, mas não é o que está acontecendo.

Na BA-409 fizeram o que se chama de tapa-buraco. Numa parte da estrada se esperou morrer gente, cinco acidentes lá em praticamente quatro meses deste ano! O que faremos?! Comemorar tapa-buraco de metade da estrada, e o restante deixa como está?! O tapa-buraco é por pouco tempo, porque vira sorrisal, asfalto sorrisal!

A BA-120, de Conceição do Coité a Riachão do Jacuípe, foi inaugurada no ano de 2005. Tem 10 anos. De 2005 a 2015 nunca foi feita uma recuperação para dar ao menos segurança às pessoas que trafegam nela.

E agora ainda vemos o Detran cobrar taxas exorbitantes! Cobrar taxa de vistoria com acréscimo de 130%! A população paga, mas não tem retribuição. A população é acometida por índices astronômicos, mas não recebe a retribuição.

Eu estava olhando, nobres deputados, a evolução das taxas do Detran. A

vistoria foi 130% a mais do que no ano anterior. Segunda via de Licença de Aprendizagem, 68% de acréscimo. O Líder da nossa Bancada, deputado Sandro Régis, protocolou um ofício ao secretário da Fazenda pedindo explicações. Depois de 60 dias estava escoado o prazo, numa falta de respeito até a esta Casa porque, quando o Líder da Oposição pede esclarecimentos, ele quer prestá-los à população. Mas simplesmente o governo ignora. É melhor não responder do que responder mal.

O que quero dizer aqui desta tribuna à população da Bahia é que comece a prestar atenção a esse tipo de ação, aliás, à falta de ação que este governo a cada dia demonstra com relação ao desrespeito dele para com o povo baiano.

É indecente mesmo chegar na microrregião do Sisal - eu represento a região do Sisal - e não ver nenhum tipo de ação. A população me cobra, diz: “Deputado, como é que pode a gente pagar R\$ 130,00 para fazer uma vistoria em nosso veículo, pagar o IPVA, e simplesmente tráfegar em uma estrada como essa?!”

Então o PT, depois de oito anos do governo Jaques Wagner e com praticamente 150/160 dias do governo Rui Costa, simplesmente desrespeita o voto que eles receberam. Respeitem a população da Bahia!

Nós continuaremos aqui. Na hora em que subo à tribuna não subo somente em nome da Oposição. Falo daqui porque conheço os meus colegas, tanto os deputados de governo quanto os de oposição, e sei que o sentimento que cada um de nós tem é o de defender o povo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado José de Arimatéia, grande liderança política da Região Metropolitana de Salvador e também de Feira de Santana.

Mas, antes, há sobre a mesa um requerimento.

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 21.204/2015 e o Projeto de Lei nº 21.205/2015, todos de autoria do Poder Executivo.”

Gostaria também de registrar a presença de Ricardo Dantas, grande liderança política da região de Juazeiro.

Agora com a palavra o deputado José de Arimatéia, pelo tempo de até 5 minutos. Mas, se precisar, V.Exª tem prestígio com esta presidência, que prorrogará seu tempo.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, muito obrigado.

Srªs e Srs. Deputados, imprensa escrita, falada e televisada, Canal Assembleia,

(Lê) *“a compaixão pelos animais está intimamente ligada à bondade de caráter, e quem é cruel com os animais não pode ser um bom homem.”*

Começo a minha fala, Sr. Presidente, lendo essa reflexão. Se ontem eu estivesse aqui, faria da mesma forma que estou fazendo agora. Devido aos compromissos, participei do III Congresso Nacional da Abrap para discutir a questão da sistematização da advocacia pública nos Estados e Municípios. Então, não pude estar na Casa nessa segunda-feira para ler o texto que li há pouco e me congratular com o povo baiano, que realmente repudia a ação de um preposto da Polícia Militar na cidade de Teixeira de Freitas.

Eu não poderia, também, deixar de vir aqui com a minha indignação, mostrando para os Srs. Deputados, para as Sr^{as} Deputadas e para a Imprensa aqui presente, porque foi um ato de covardia, um ato insano do tenente-coronel. Ele sofreu punição graças à manifestação popular, graças também à sensibilidade do coronel da Polícia Militar – instituição séria, de homens comprometidos com a segurança, que não aceita o tipo de comportamento desse cidadão.

Quero aqui também parabenizar a TV Record, que colocou o fato em rede nacional. Lamentamos porque foi o nome da Bahia, foi o nome da cidade de Teixeira de Freitas que saiu nessa notícia trágica, devido ao comportamento desumano de um policial.

Então, Sr. Presidente, quero aqui deixar registrado e gostaria também de ler o que o Governador do Estado da Bahia falou hoje na Rádio Metrôpole. Ele afirmou que pediu a expulsão do tenente da Polícia Militar Wilson Santos, que atirou e matou um cachorro, em Teixeira de Freitas, após suspeitar que o animal tivesse urinado no gramado de sua casa, no último sábado, dia 11. Palavras do governador: “Defendo uma polícia forte. Polícia fraca só ajuda bandido, polícia forte é agindo dentro da lei. Inclusive, pedi a exclusão desse policial da polícia. Aquilo não é atitude de uma pessoa com equilíbrio, é uma covardia absoluta”. Palavras do governador do estado.

Então, já está aqui e a gente espera agora ver. Creio que, se o governador falou uma coisa dessa na rádio, a expulsão desse cidadão – que realmente manchou a polícia militar – já estará no Diário Oficial de amanhã.

Mas, Sr. Presidente, outro fato também aconteceu e chamamos a atenção da própria Secretaria da Segurança Pública, pois algumas delegacias de polícias desconhecem que a delegacia está apta a registrar queixas, principalmente de agressões a animais. Aqui em Salvador, ontem, aconteceu um fato: a morte de 9 gatinhos em Piatã. Segundo as informações, a Dr^a Solange foi registrar uma queixa e o delegado, o representante da delegacia não registrou, dizendo que não cabia.

Então, acho que falta agora, Sr. Presidente, um entendimento e um esclarecimento da própria Secretaria de Segurança Pública, com os delegados de polícia, para que se possa registrar o ato da mesma forma que é registrado quando há uma queixa a respeito de qualquer cidadão.

Era isso que eu gostaria de registrar e, mais uma vez, repudiar a atitude desse

tenente que realmente fez algo que abalou a Bahia e o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra a deputada Ivana Bastos pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, público aqui presente, forrozeiros da Bahia. Não poderia ser diferente, deputado Roberto Carlos. O espaço do nosso craque Bobô para eu falar sobre Guanambi, que, depois de muita luta, de muita garra, está na primeira divisão do Campeonato Baiano de Futebol. Gostaria muito de parabenizar todo o Flamengo de Guanambi, que enfrentou diversas dificuldades e, com muita luta, foi em frente, e hoje estamos na primeira divisão do Campeonato Baiano de Futebol, com muita honra.

A ida do Flamengo de Guanambi para a primeira divisão é um fato histórico para o município e marca o crescente desenvolvimento de toda aquela região do sudoeste. Além de ser a paixão nacional, o futebol ultrapassa barreiras do entretenimento; movimenta a economia local; é catalisador de jovens talentos; afasta muitas vezes jovens e crianças da vida do crime; é uma fonte de renda para diversas famílias e ainda é instrumento de lazer e difusor de vários temas da sociedade. Fico muito contente em ter um representante da nossa região, na elite do nosso futebol, disputando com o Fluminense de Feira do deputado Zé Neto. Com certeza o Flamengo de Guanambi irá fazer uma grande partida e todos nós daquela região estamos comemorando esse grande feito. Víamos a dificuldade e lembro que, no ano passado, quando quase chegamos a primeira divisão, tivemos um jogo no Barradão, ali eu estava presente, e foi muito triste porque perdemos de 5x1. Mas demos a reviravolta e ganhamos de 5x1.

Então fica o parabéns a todo o time do Flamengo de Guanambi, a todos os seus dirigente se a toda a população da cidade que, no ultimo domingo, bravamente gritou “gol” e “parabéns”.

Obrigada, deputado Bobô. Pode ter certeza que, junto com o seu Bahia, nós vamos brilhar muito. Sucesso na aprovação do projeto que mais tarde iremos apresentar, projeto merecido porque temos que pegar as nossas raízes, cantar as nossas canções e dizer que vocês são o nosso orgulho e que fazem uma Bahia mais bonita.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Janio Natal pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Sr. Presidente, demais colegas deputados, amigos das galerias, no início do meu mandato, estive aqui nesta tribuna onde pude relatar a situação caótica da saúde do município de Porto Seguro, Cabrália, Belmonte,

Itagimirim, Itapebi, Eunápolis e tantas outras cidades do nosso estado.

Hoje nós ouvimos, na televisão, a propaganda do governo do estado da Bahia. No seu slogan consta que a Bahia, terra mãe do Brasil, em alusão obviamente a querida cidade de Porto Seguro, terra mãe do Brasil, que está desprezada pelo Estado na questão da saúde.

Não podemos admitir que uma cidade como Porto Seguro, orgulho da Bahia e do Brasil, seja tratada dessa maneira. Não se pode admitir pessoas morrendo por falta de atendimento, não se pode admitir que profissionais da área da saúde estejam sem receber seus salários há 2 ou 3 meses. Isso significa dizer que o Secretário de Estado não está priorizando a saúde do povo da Bahia.

Ora, se eles estão tratando a saúde de Porto Seguro e da nossa região desta maneira, imaginem a forma como estão sendo tratadas as pessoas de outros longínquos municípios.

Mas, Sr. Presidente, demais colegas desta Casa, não falarei neste momento sobre a segurança, porque já falei muitas vezes. Entretanto voltarei a esse assunto oportunamente. No início do governo, falei que gostaria de aplaudir o governo Rui Costa, o governo das Secretarias de Saúde e Segurança do Estado. Estamos com mais de 150 dias de governo e ainda não posso elogiar. Sei que tanto eu quanto outros companheiros gostaríamos de fazer esse elogio.

O governo do Estado, através do seu secretário de Saúde, está colocando o consórcio de saúde entre os municípios. Ele copiou este Decreto-Lei do governo do Ceará. Só que ele fez diferente na questão da participação dos municípios. No Ceará a obrigatoriedade dos municípios, na questão do custo, é de 40% e, para o Estado, de 60%. Aqui no estado da Bahia, apesar de ter sido copiado do governo do Ceará, o percentual foi invertido, ou seja, 60% para os municípios e 40% para o Estado.

Para concluir, quero agradecer as presenças marcantes de grandes lideranças do município de Porto Seguro e região, a exemplo do vereador combativo, guerreiro, que sempre defendeu aquela população, Danilo Suprilar; quero também agradecer a presença do presidente do Sindicato dos Taxistas de Porto Seguro, meu amigo Márcio.

Quero lhe dizer, Márcio, que os taxistas hoje sofrem com a perseguição da Agerba e vocês encontrarão em mim um defensor assíduo, e agradecer as presenças dos meus amigos Júnior e Elmo e ao meu querido amigo Pastor Isaac.

Muito Obrigado pelas presenças de vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado, pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Ausente.

Lamentavelmente, esta Casa será penalizada com o não pronunciamento do

deputado Targino Machado.

Com a palavra o deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, deputados, deputadas, imprensa, galerias, amigos que nos estão assistindo pela TV Assembleia, Sr. Presidente, hoje, infelizmente, venho a esta tribuna para tratar de um assunto que atinge toda a Bahia, Líder Sandro Régis, mas que, de forma contundente, tem atingido especialmente o Oeste da Bahia, pois no gráfico da violência e segurança pública do nosso Estado, o Oeste vem-se destacando pelo aumento substancial dos crimes.

Hoje, em menos de seis meses, perfaz-se quase 100 assassinatos na região Oeste do início deste ano até agora. Infelizmente, estamos vivendo lá dias difíceis por ineficiência, ineficácia e falta de compromisso do atual governo do Estado.

Realizar-se-á hoje na cidade de Barreiras, deputado Herzem Gusmão, que é o centro de toda a região, mas a região hoje participará, com toda a sociedade civil organizada, a OAB, CDL, todos que são interessados e que vivem na cidade de Barreiras, independente de Partido político, a caminhada pela paz, feita pela Comissão pela Paz.

A cidade hoje parou. O comércio não abriu as portas diante da calamidade que se está vivendo hoje no município. Infelizmente, vemos a total incompreensão ou falta de compromisso desse governo, que sabe dos inúmeros problemas que existem hoje na Bahia, seja na saúde, na educação e na segurança pública, que são pontos fundamentais, infelizmente não vemos projeto nenhum.

Quero aqui me solidarizar com todos os munícipes do Oeste que estão hoje deixando de trabalhar, mas exercendo a cidadania e cobrando, da única forma como têm que fazer, dos poderes públicos, seja o governo do Estado, o governo federal e o governo municipal, principalmente do governo estadual que é o responsável pela segurança pública de todos. Infelizmente, não vemos nenhum pronunciamento do governador no sentido de se trilhar um caminho para que esse problema seja resolvido a médio ou longo prazo pelo menos.

Quero parabenizar aqui toda a sociedade de Barreiras por participar disso e quero chamar a atenção para o fato, porque hoje tive a curiosidade, e temos que ouvi-lo, porque é a pessoa que tem a chave e a caneta sobre as decisões e sobre o que acontecerá nos próximos quatro anos no nosso Estado, ouvi uma entrevista do governador Rui Costa na Rádio Metrópole hoje pela manhã, com bastante atenção.

Infelizmente, vimos o governador se portar mais como um líder espiritual, um líder religioso, que se faz necessário à sociedade, mas não no papel que lhe cabe que é de governador do Estado da Bahia. A Bahia hoje é pequena justamente porque tem um governador que se apequena. Infelizmente, temos que viver essa realidade.

E pasme, deputado Hildécio Meireles, ouvi um governador hoje, que mais uma vez, quando veio falar de pacto pela educação, falou da forma como os indivíduos teriam voluntariamente como se comportar. Eu ajudava a ensinar o meu vizinho, porque ele não sabia. Abre aspas “As pessoas têm que seguir meu caminho: vamos

ajudar o vizinho, vamos ensinar as pessoas que são mais carentes, vamos pregar isso dentro da família. Vamos fazer com que as famílias se envolvam nisso.”

Ora, governador, é óbvio que as famílias têm que se envolver. Agora, as famílias hoje estão reféns da falta de planejamento na área de Educação; da falta de planejamento na área da Segurança Pública e da Saúde. As famílias são importantes. Agora, o governador tem que fazer a sua parte. As famílias brasileiras, as famílias baianas já estão fazendo a sua, e pagam um alto preço pela incompetência, inabilidade e falta de preparo deste governo que em vez de promover pessoas capacitadas para cargos importantes, prefere botar os companheiros que nada fazem e prejudicam a nossa pobre Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre colega deputado Roberto Carlos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, principalmente os sanfoneiros que estão nas Galerias Paulo Jackson, certamente hoje iremos votar o projeto importante para o desenvolvimento, para o fomento do forró, principalmente o forró pé de serra, para os baianos.

Gostaria de registrar nesta Casa, como já foi feito de maneira muito especial pela deputada Ivana Bastos, que, ontem, terminou o Campeonato Baiano da Segunda Divisão. Subiram dois clubes: Flamengo de Guanambi, que bateu na trave, Sr. Presidente, várias vezes, e só ontem conseguiu, com o apoio dos deputados Ivana Bastos, Luiz, Vitor Bonfim, entrar na primeira divisão do Campeonato Baiano. Junto com o Flamengo de Guanambi, o Fluminense de Feira de Santana também conseguiu subir para a primeira divisão do Campeonato Baiano. Um time histórico e bicampeão baiano de futebol. Esses dois times, juntos aos dez restantes, totaliza doze clubes para o Campeonato Baiano de 2016.

Gostaria de parabenizar não só esses dois grandes clubes, Sr. Presidente, mas toda a diretoria, os treinadores de futebol, principalmente o treinador Sales, que é recordista em conseguir a ascensão, a classificação de times para primeira divisão, deputado Manassés. O meu time, o Juazeirense, subiu com o treinador Sales e agora o Fluminense de Feira de Santana também sobe com esse treinador competente, o nosso companheiro Sales.

Gostaria também de parabenizar a Federação Baiana de Futebol, Manassés, porque entendeu o sentimento dos clubes, aqui na reunião na Comissão de Desporto e Paradesporto e Lazer, presidida tão bem pelo nosso craque Bobô. Naquele momento, nós, deputados estaduais, fizemos uma proposta à Federação Baiana para ajudar a segunda divisão do Campeonato Baiano de Futebol do ano de 2015, tirando arbitragem... O presidente da Federação, Dr. Ednaldo Rodrigues, imediatamente atendeu o pedido, não só tirou a quota de arbitragem como pagou a sua alimentação, hospedagem, diminuiu 5%, que é o Estatuto que determina que a Federação Baiana de Futebol cobre dos clubes as rendas. A Federação não só abdicou desses 5% na

renda como também deu 50% de descontos nas taxas de inscrição e transferência dos jogadores, portanto, abdicou de 50% desse valor. Isso rendeu aos clubes, aproximadamente, R\$ 300 mil e um campeonato curto, que não chegou a 2 meses de duração.

Por isso, quero parabenizar Ednaldo e todos aqueles envolvidos no futebol.

Certamente, o futebol, agora, na primeira divisão, será mais forte, porque, Manassés, a partir de 2016, sobe um clube somente e descem dois clubes da primeira para a segunda divisão.

Vamos ter cuidado! O Juazeirense terá muito cuidado para não cair, deputado Manassés. O Jacobina e o Atlético de Alagoinhas, dito aqui pelo deputado Joseildo Ramos, não conseguiram ir para a primeira divisão. O Serrinha está com zica.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Ao finalizar, quero parabenizar todos os envolvidos no futebol e, principalmente, a Federação Baiana de Futebol por entender o sentimento de todos os presidentes de clubes.

E atendendo à Assembleia Legislativa, no momento em que o presidente Ednaldo esteve aqui, parabeno os clubes Fluminense e Guanambi.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Pelo restante do tempo, ou seja, por 4 minutos, com a palavra o deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho à tribuna desta Casa, primeiro, até em nome da bancada do meu partido, o PSDB, para responder, ao Sr. Governador Rui Costa, acerca da declaração que o mesmo fez hoje, de forma direta, à legenda do PSDB.

Claro, isso é um jogo. A verdade é que o PT não consegue fazer o exercício da humildade para reconhecer seus próprios erros. O que nós estamos preocupados, neste momento, governador, é com a Bahia. O governador referiu-se ao Petrolão de Minas. Assim, comparou o fato de o PT ter praticado os erros, porque copiou os erros de Minas Gerais. Isso não existe! Em Minas Gerais, o governo fez o dever de casa. As gestões do ex-governador Aécio Neves e do atual governador Anastasia são comprovados pela aprovação da população mineira!

O que precisamos aqui no Estado – e isso é muito importante para os baianos – é tocar essas obras que o governo e o PT prometeram em campanha! Claro, é muito fácil hoje. E, hoje, a população brasileira reconhece a verdadeira culpa!

Claro, o PSDB participou de uma eleição de forma direta e democrática. A população foi às ruas e foi à urna dizer que existe um partido de oposição que tem projeto para o Brasil. O PSDB construiu quando governou este País. O PSDB gerou estabilidade econômica a este País. E a população do Brasil reconhece o legado do PSDB.

O Sr. Governador da Bahia foi, hoje, à Rádio Metrópole FM para dizer que

tudo o que está acontecendo é culpa do PSDB de Minas Gerais! Não! O PSDB tem, sim, serviços prestados ao Brasil.

Se há erro e se existe erro hoje, este é do Partido dos Trabalhadores!

Não podemos, também, só aqui, entrar pra discurso bonito e dizer que o PSDB tem culpa! O PSDB governou, governou para criar estabilidade econômica e governou para todos. Acho que quanto aos governos, cada um faz um pouco e melhora! A política do PSDB é uma política de estabilidade! No momento em que o PSDB governou o País, o PSDB segurou a economia, deu estabilidade ao País para segurar o governo de 16 anos do PT!

Reconhecer isso é muito pouco!

A Bahia precisa de promessas. Precisamos fazer as discussões acerca dos projetos do Porto Sul, da FIOLE – Ferrovia de Integração Oeste Leste – e de crescimento do Brasil!

Falar do PSDB é muito fácil! É importante ter projetos. Tragam para esta Casa projetos que venham trazer investimento e benefício para a população da Bahia. E não se deve entrar na política partidária, pois tal pensamento não leva a lugar nenhum neste momento.

Acho que, aqui, o governo tem de se preocupar com os investimentos nas áreas de educação, saúde, geração de emprego, cumprir promessas de campanha, deputado Sandro Régis, pois as mesmas, até hoje, não são cumpridas!

Coloco, aqui, este assunto de forma muito tranquila, porque a região do cacau recebeu muitas e muitas promessas e, até agora, não se tem nenhuma realização concreta.

Venho aqui defender o meu partido: o PSDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Por acordo, com a palavra o nobre colega e deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, quero dizer da alegria em receber o povo do forró, principalmente, o forró pé de serra.

Lembro de que, há pouco tempo, falava com Zelito Miranda quando, por 8 anos, fui prefeito de Alagoinhas. Lá, criamos uma festa referência em nossa região: o Santo Antônio de Alagoinhas. E aquela festa, pelas idiossincrasias da política, foi, infelizmente, limitada aos nossos 8 anos de governo. Tal festa poderia ter sido prosseguida, porque ela saía do momento onde várias festas, em um período muito curto de São João, estavam acontecendo. Nós criamos um palco alternativo para desfilarmos o forró pé de serra, cultivar as nossas referências históricas, cultivar a nossa cultura.

Esta Casa está dando o exemplo, deputado Luciano Ribeiro, a partir das Lideranças da Oposição, da Situação, junto à Presidência da Mesa, à Comissão de Constituição e Justiça ao propor tal mudança.

Nós nos debruçamos sobre interesse legítimo da sociedade baiana e construímos uma peça para levar em conta a riqueza e a pluralidade culturais que referenciam a nossa querida Bahia.

Hoje, por consenso e com dispensa de formalidades, esperamos ter um momento que, para esta Casa, seja adequado para render as homenagens àqueles que, no dia a dia, fazem a nossa cultura.

Sejam todos bem-vindos.

Utilizarei pouco tempo para tratar das questões trazidas pelo nosso companheiro e nobre deputado Augusto Castro. O calor da disputa, deputado Augusto Castro, nos distancia das reais causas dos problemas que, hoje, acometem o Estado brasileiro. O primeiro problema é este sistema político exaurido; o segundo é o financiamento empresarial de campanha, pois ambos reproduzem a sub-representação do Parlamento brasileiro.

Os escândalos estão, aí, pipocando sem escolher partidos, porque, agora, está-se vendo estampado a Operação Publicano no Paraná. Tal episódio mostra uma verdadeira quadrilha envolvendo a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, regida por governo tucano!

E, aí, vamos dizer que todo tucano é ladrão? É um atrabiliário?

Não é verdade.

Entretanto, faz-se preciso saber o que está acontecendo em cada canto, porque, senão, nesta tribuna, ficaremos gritando quem roubou mais e quem deixou de roubar.

O deputado Pablo Barrozo, por diversas vezes, tem vindo à tribuna. V.Ex^a é um deputado assíduo e fala do planejamento. Fala como se já tivesse existido um planejamento por parte de quem sucedemos. O planejamento foi o de deixar 2,5 milhões de baianos sem escrever e sem ler. O planejamento foi o de deixar 3,5 milhões de baianos sem água potável. O planejamento foi o de deixar 1,5 milhão de baianos sem esgotamento sanitário.

Portanto, o governo, anterior ao PT, não fez obras estruturantes de mobilidade que, aliás, estão sendo feitas hoje!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Veja, deputado, não há como conceder aparte, agora, no Pequeno Expediente.

No momento, está a se ver a capital de Salvador tornar-se referência em mobilidade urbana pela intervenção dos governos petistas. Com isso, nós não estamos querendo esconder mazelas de quem quer que seja. Quem errou tem de pagar. Agora, vamos qualificar o debate, porque, senão, serão lançadas acusações para tudo quanto é lado! Nós temos mais o que fazer nesta Casa em favor da sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo por 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Nobre Presidente, nobres deputados e deputadas, imprensa, quero saudar os companheiros da cultura, especialmente, meu amigo e companheiro Zelito Miranda, porque foi meu vizinho nos Barris onde eu o via tocar violão todos os dias, fazendo o exercício que o transformou em um dos artistas mais brilhantes desta terra.

Em nome de Zelito Miranda, quero saudar todos vocês.

A cultura é uma atividade estratégica e merece todo o nosso apoio. Por isso, deveremos trabalhar numa questão mais ampla, a fim de que possamos contemplar com 1,5% a mais destinados à cultura no Orçamento deste Estado.

Mas, hoje, eu queria tratar de uma questão cruciante e candente para a sociedade brasileira, pois todo mundo fala. No entanto, é preciso dar um tratamento para as questões da violência e da falta de segurança pública.

Sabemos que a população vem sofrendo e ela mesma manifesta o medo e a forma como se comportam os indicadores de violência em todo o País. E nós temos, neste momento, de discutir uma solução.

Claro, reconhecemos avanços através de muitos indicadores sociais nesses últimos 30 anos de democracia no Brasil. Tivemos a capacidade de construir um sistema de saúde como o SUS, pois este é um sistema de assistência social. Tratamos da educação. No entanto, não tivemos o mesmo empenho com relação à segurança pública.

E a sociedade sofre em uma correlação de forças. Os governos desse período não tiveram a determinação suficiente para fazer uma correção, a fim de tratar da questão da segurança pública. Mantivemos a Constituição intacta quando ela diz que a Polícia Militar é uma força auxiliar do Exército brasileiro. Atribuímos a responsabilidade somente aos Estados.

Não fomos capazes de construir um sistema nacional para tratar da questão da segurança pública. O governo federal teria sua cota de responsabilidade; o governo estadual estaria integrado ao município, porque o município, também, tem uma tarefa importante.

Vejam, em um município, por exemplo, sabemos da violência através de pequenos detalhes. Por exemplo, uma rua iluminada reflete os índices de segurança pública. O criminoso, ao perceber tal iluminação, desloca-se para outro local onde possa cometer o fato criminoso.

Então, é preciso reformar este sistema. É preciso integrar cada um com a sua responsabilidade. É preciso reformar as polícias. É preciso reformar o sistema judiciário.

Na semana retrasada, visitamos o presídio de Feira de Santana. E, naquele

presídio, havia 1.400 presos. Desses, 1.000 internos encontram-se em estado provisório de detenção, ou seja, não foram julgados e estão presos. Tal procedimento entope o nosso sistema carcerário.

Temos, também, de discutir o nosso sistema carcerário, pois este embrutece o preso em vez de ressocializar. A sociedade tem responsabilidade, também, sobre isso, porque a gente acha que os presídios devem ser o lixo onde devemos depositar os nossos inimigos ou aqueles que, por um motivo ou outro, cometeram delitos de intensidades diferentes. Por outro lado, esses não merecem ser tratados com aquela brutalidade, porque, ali, é um ser humano preso e quando este sai dali, vai vingar-se contra a sociedade.

Neste momento, temos de discutir a pauta do Congresso Nacional neste período lastimável da política brasileira. O Congresso Nacional tinha de ter um protagonismo diferente. Porém, o que se fala e o que ali está colocado para resolver o problema da segurança pública, não resolve, na prática, tal sistema. Lá, há uma PEC que altera a maioria penal, a fim de reduzir a idade do infrator com o intuito de punir ao prender o indivíduo aos 16 anos. Lá há uma PEC para desarmar e para desestruturar o Estatuto do Desarmamento.

Nós sabemos que o interesse disso significa vender mais armas neste País. E há uma falácia, qual seja, a maioria das armas vem via fronteira, ou seja, as armas são contrabandeadas. O jornal Folha de São Paulo fez uma pesquisa e comprova que a maioria das armas apreendidas neste País é de origem do mercado interno. Então, há uma indústria poderosa que banca e financia políticos e quer fazer com que jovens de 18 anos tenham acesso a armas neste País.

Combinado a isso, houve o projeto de lei sobre a terceirização, aliás, projeto já aprovado no Congresso Nacional. Tal modificação terá um rebatimento brutal, principalmente, nos mais jovens que reingressarem ao mercado de trabalho, onde foram criados 22 milhões de empregos. Esses jovens, com certeza, serão demitidos para, em seu lugar, ter uma mão de obra mais barata sem direitos.

Esta é a pauta que se coloca para resolver o problema da segurança pública.

E, na sociedade, hoje, há um senso comum de que ali foi implantado pela mídia comandada por uma grande rede de televisão neste País, onde a criminalidade e a violência serão resolvidas se botarmos nossas crianças em presídios para serem embrutecidas e arregimentadas pelas organizações criminosas com o intuito de servir ao crime.

E, neste País, já tivemos uma experiência, em 1890, à época do primeiro Código Penal. Não tivemos uma constituição. Primeiro, tivemos o Código Penal que penalizava e apenava crianças com 12 anos de idade. E quem são essas crianças? Aí a gente vê como foi feita a dita libertação do povo negro, que foi trazido para esta terra e obrigado a trabalhar no chicote, na violência. Diz-se que foi a princesa Isabel quem fez a Lei Áurea, mas ela se esqueceu, ela não fez a assinatura de carteiras de trabalho para o povo negro neste País, e a elite brasileira, em 1850, o que fez foi uma lei de terras pela qual que era obrigatória a compra de terra, negando o acesso à terra aos

escravos recém-libertos...

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- (...) que precisavam ter acesso aos meios de produção para proverem a sua subsistência.

Então, é essa a colonização predatória que se estabeleceu. É essa a estruturação de uma sociedade que se formou com base na violência, e aí a legitimou, culturalmente. Os maiores índices de violência se dão é dentro de casa, contra os jovens, contra as crianças, contra as mulheres, e a violência do Estado é legitimada.

Por isso, hoje, lamentamos que a sociedade como um todo, ou seja, 90%, acha que tem que ser reduzida a idade penal. E o que vamos fazer? Temos que ter a coragem, a sinceridade, a transparência para debater esse tema nas casas parlamentares, no Congresso Nacional, com a sociedade, porque o estadista tem que compreender que há horas em que a sociedade está errada, a opinião pública fabricada neste País por interesses do lucro, pela ganância que se estabelece, pela manipulação ideológica, pelo controle criminoso de uma mídia que ganha muito dinheiro, ali, botando sangue, expondo crianças de uma forma como se fossem bichos.

Esses programas fazem esse espetáculo, que enriquece às custas do povo pobre, do povo negro, que será, com certeza, aquele que vai para as cadeias aos 16 anos, e nós, que temos responsabilidade, o que temos que ter é compaixão, generosidade, formas de mobilizar a sociedade com a luta pela paz, e a cultura tem um papel fundamental nessa luta para que a gente construa uma hegemonia capaz de fazer a separação: criminoso é criminoso. Criança precisa ir para a escola. Criança precisa ir para a universidade. Criança precisa ter futuro, e o futuro não pode ser negado por interesses daqueles da bancada da bala, que são financiados por indústrias. Há uma indústria da segurança privada neste País. É mais de um milhão de pessoas. É um exército maior do que as polícias militares, que são 500 mil. É preciso, para essa segurança lucrar e ganhar dinheiro, que se amedronte a sociedade.

Então, é preciso que a sociedade brasileira reaja à essa pauta retrógrada. Querem que voltemos à Idade Média de forma reacionária. Esse rapaz que comanda a Câmara hoje, por infelicidade daqueles congressistas, Eduardo Cunha, é um representante da elite mais perversa deste País. Essa pauta, a sociedade brasileira tem que alterar. A pauta que nós queremos é trazer a nossa juventude para condições confortáveis, e isso tem que ser provido por políticas públicas, políticas de lazer, política cultural, botar a criança para aprender um instrumento, não tem coisa mais linda na vida. E disso é que a sociedade tem que prover as nossas crianças. A cadeia embrutece, ceifa vidas, e a gente não tem nenhuma sensibilidade para reagir. É preciso reagir. É preciso uma sociedade na democracia. Nós precisamos responder. Vamos construir um sistema de segurança pública que dê cabo da violência no nosso País, mas que, de forma nenhuma, engane e aumente a violência, porque prendendo jovens, deputado Joseildo Ramos, nós vamos aumentar a violência.

Concedo um aparte ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Agradeço, nobre deputado Marcelino Galo, e o parabenizo pelo seu pronunciamento, quando V.Ex^a pontua o caráter extremamente conservador, preconceituoso do Parlamento, principalmente o Congresso Nacional.

Observe os grandes avanços que tivemos, praticamente dobramos a quantidade de jovens que estão nas universidades públicas em nosso País. Nós, hoje, temos o triplo de escolas técnicas servindo ao ensino profissional, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, em nosso País. Nós temos políticas públicas afirmativas, indo na direção da reparação, da restauração de direitos. E, à margem de tudo isso, nós temos um Congresso querendo tirar do texto da Constituição federal aquilo que tipifica o trabalho escravo. O Congresso que, como V.Ex^a disse, e eu quero acentuar, está querendo desfazer o avanço do Estatuto do Desarmamento.

E aí, deputado Adolfo Viana, respondendo a sua inquietação sobre a questão da diminuição da maioridade penal: apenas 1,3% dos jovens é de delinquentes, que participam de atos de infração, apenas. Setenta por cento dos apenados reincidem, lá dentro está a máquina de produzir criminosos, aquilo não recupera ninguém. Entretanto, 23% das mortes violentas em nosso País acometem a nossa juventude.

Qual é o problema? Nós estamos tirando as vítimas e transformando-as em algozes. Quem diz isso não somos nós, são as estatísticas. Esse é o outro lado da história que a grande imprensa brasileira não fala, e o povo não tem informação suficiente para fazer um verdadeiro juízo, esse verdadeiro genocídio e infanticídio que se instala em nosso País. Eu acho que essa é a grande raiz do processo.

Parabéns, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Eu peço que seja incorporado o aparte do deputado Joseildo Ramos.

Mas eu quero também aqui, hoje, parabenizar o governador Rui Costa, que teve a coragem de se manifestar publicamente contra a redução da maioridade penal. É assim que devem agir os governantes. Às vezes, as estatísticas de popularidade estão atreladas ao que a opinião pública pensa. E neste momento a opinião pública, que foi fabricada, está errada: 90% acham que se vai resolver o problema da violência e da criminalidade neste País reduzindo a maioridade penal.

E aí outro dado importante: este País é o segundo no mundo em homicídios, aqueles crimes contra a vida. E as maiores vítimas, quase 60 mil assassinatos, são jovens de 15 a 29 anos. A maioria dos que estão nas cadeias é de jovens de 18 a 29 anos. E aí temos duas diferenças importantíssimas sobre as quais temos que refletir: quem é essa juventude que tem sido assassinada? É a da periferia, os filhos dos pobres e pretos, que são utilizados. Precisamos pensar como se fosse nosso filho. A droga que é consumida, independentemente de classe. Quando são os nossos filhos, de classe média, e a droga chega às mãos deles e eles consomem, temos que ter paciência. Mas quem leva a droga e é utilizado como mula, para patrocinar aquele pequeno momento enganoso de prazer, aí, sim, é o filho da periferia, é o pobre. Porque o barão do crime mora nas áreas nobres. Mas seriam eles os que deveriam estar nas cadeias.

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO - A deputada Luiza Maia tem o aparte.

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado Marcelino, obrigada pela oportunidade do aparte. Quero parabenizá-lo por essa discussão. Serei breve. Na semana passada, eu disse dessa tribuna também que esse tem sido um debate falso, mentiroso, manipulando pesquisas para induzir a sociedade a ficar a favor desse absurdo que é esse projeto de redução da idade penal. Quero parabenizar V.Ex^a e dizer que os dados do seu pronunciamento nos ajudam nesse debate

Amanhã sairá daqui uma comitiva para Brasília para discutir com a nossa Bancada, com os deputados. Porque, para mim, é o pior projeto que uma casa legislativa pode aprovar. Temos visto pelo mundo: em qualquer lugar onde se tentou fazer essa redução de idade penal, que não deu certo. É um absurdo.

Fizemos um ato no Rio Vermelho, durante o processo do nosso congresso e vimos a indignação de uma parcela grande dos deputados presentes ao nosso encontro. Acho que esta Casa não pode se omitir. Gostaria de pedir a V.Ex^a que solicite à Presidência desta Casa uma manifestação por escrito ao Congresso Nacional, principalmente para a Câmara dos Deputados, porque no Senado acredito que possamos reverter essa situação para impedir que esse absurdo seja aprovado.

Muito obrigada.

O Sr. MARCELINO GALO:- Obrigado, deputada. Peço que o aparte seja incorporado à nossa manifestação.

É preciso que a sociedade brasileira reaja. Este é o momento em que precisamos agir com racionalidade, sabemos que a emoção é explorada e serve profundamente aos interesses dos que sempre ganharam com a violência. Mas é preciso combater toda forma de violência, começando por nossa casa. Quase metade são de chefes de família mulheres, obrigadas a ir ao mercado de trabalho. Ou para complementar renda ou para ela mesmo chefiar e garantir a sobrevivência dos seus familiares. Isso diminuiu o tempo e a capacidade da mãe de família acompanhar os filhos. Não temos mais aquele cuidado comunitário feito de forma coletiva. A família é outra, a sociedade é outra.

Temos, sim, que ter políticas públicas para tirar a juventude do ciclo da reprodução da pobreza e da violência, temos que dar carinho e conforto, com creches, com ensino integral, o acesso à universidade, à cultura. Isso, sim, é que uma sociedade civilizada tem que fazer.

Não vamos nos submeter aos interesses da ganância, do lucro, do absurdo retrógrado, reacionário que querem fazer a sociedade retroagir à violência, à Idade Média, à ignorância.

É preciso refletir, deputada Ângela Sousa. É preciso fazer uma grande mobilização para que a sociedade compreenda, de fato, o que são esses eventos de violência, qual a segurança pública que nós precisamos para debelar, para ter a sociedade voltada para o seu futuro, para a paz, para o bem-estar. Esse País é muito

amplo e tem capacidade de abrigar o seu povo de forma generosa.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Porque todos os seres humanos têm a capacidade de almejar o que tanto deseja que é a felicidade. E a felicidade passa por isso aqui.

Vamos assumir a nossa responsabilidade. Não à redução da maioria penal!
(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PSL pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará por todo o tempo, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Pelo tempo de 11 minutos, concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Jovem presidente deputado Leur, ao saudá-lo quero saudar todos os deputados e deputadas aqui presentes.

Quero dizer que, hoje, isso aqui está muito bom, isso aqui está bom demais com a presença de grandes amigos forrozeiros baianos. (Palmas.) Estão ali Zelito, Bule-Bule, Pita, Del Feliz, enfim, para a merecida votação do justo projeto que nada mais é do que a garantia do espaço no São João para o patrimônio cultural imaterial que vocês são. Vocês representam a Bahia. Vocês representam a nossa cultura, os nossos municípios e, por conseguinte, representam-me.

Quero dizer que assinaria se fosse, como foi, um acordo das duas Bancadas. Quero parabenizar os dois Líderes por esse projeto e pela iniciativa de vocês estarem aqui procurando essa Casa Legislativa para assegurarem, para garantirem a preservação da nossa cultura. Porque o nosso forró não pode se restringir apenas aos meses de junho e julho. O forró tem que se manter como um ritmo que representa a Bahia.

Em segundo lugar, eu quero saudar o meu sobrinho Davi que está ali. Tenho muita honra de te recepcionar e te dar um beijo, Davi. E ao você estar aqui, quero saudar toda a comunidade do Estaleiro que pela primeira vez vem visitar esta Casa.

Mas, hoje, eu quero falar sobre saúde. Tivemos duas boas notícias ontem e hoje. Primeiro, vamos começar com a assinatura do governador Rui Costa, referente ao decreto 12.822 que estabelece critérios para a progressão e promoção da carreira médica, isto é, regulamentou, com a assinatura de ontem, uma lei que foi aprovada no governo Wagner em julho de 2012 e teve a participação do então secretário Solla, das entidades médicas, do Sindmed, Cremeb e ABM e que lá, a várias mãos, definiu-se esses critérios de promoção regulamentando assim a carreira. É uma evolução.

Esse PCCV aqui na Bahia, do ano de 2012, significava, depois de 30 anos, a evolução na carreira. Ontem, com o decreto que regulamenta, lógico que isso é o

reconhecimento da valorização do médico enquanto servidor público. E aqui, apesar de médica, hoje eu dizia: sou muito mais médica que política, porque política estou apenas há pouco mais de dois anos e sou médica há 26 anos. Isso faz desse momento um momento muito especial.

E aqui quero saudar o governador Rui Costa, o secretário Fábio Villas-Boas, o secretário Etelvino Góes, o secretário Bruno Dauster e o secretário Josias que entenderam a necessidade da valorização. E aqui não defendemos só a valorização de médicos, estivemos aqui defendendo a valorização de professores, de profissionais de saúde, mas entendendo que, para valorizarmos o serviço público, temos que valorizar o servidor público. O servidor público que merece ter critérios de progressão em sua carreira, merece um plano de carreira. E é lógico que a progressão não se dará antes da sua participação em projetos especiais de saúde, em qualificação, em titulação. Com as pontes que se restabelecem, acredito que podemos fazer uma avaliação do serviço de saúde que, no frígir dos ovos, todos temos interesse, junto com o governo e à luz da crise, numa saúde subfinanciada. Porque, imaginem, a cultura é extremamente subfinanciada. Sabemos que não é possível fazê-la com o orçamento de 0,7 % do PIB, deputado Marcelino. Somos defensores da cultura, da ampliação do orçamento para a cultura, do descontingenciamento da cultura.

E, certamente, quando vemos alguns projetos serem votados, temos que vir aqui elogiar. Como, ontem, com o decreto haverá uma evolução. E quero aqui não só elogiar a posição do governo ao assinar esse decreto. Decreto esse que participei na primeira reunião como médica, lá atrás, há muitos anos. E, como vocês sabem, recentemente, ajudamos a articular para que ele pudesse ser publicado ainda nesse semestre. Reconhecemos que isso significará um aumento, num tempo de crise, nos gastos do governo. Mas tenho certeza que esse reconhecimento também se traduzirá na melhoria dos serviços de saúde. Esperamos aqui e torcemos que outros critérios utilizando meritocracia para outras categorias, deputado Robinho, possam vir a reconhecer a valorização do servidor público.

Quero, também, dizer da importância da inauguração, hoje, da UTI neonatal cirúrgica do Hospital Martagão Gesteira. É muito importante por tratar-se da primeira UTI neonatal cirúrgica. Num momento onde se busca enfrentar os desafios de reduzir a mortalidade materna no nosso Estado, que tem o dobro dos índices que deveríamos ter, que é o índice de 35 por 100 mil nascidos vivos. E o Martagão Gesteira é um hospital de referência em pediatria. Quando temos a ampliação do número de leitos da UTI neonatal, estamos, também, reduzindo não só o índice de mortalidade materna como índices de mortes de bebês no nosso Estado. A redução da mortalidade materna depende de uma série de critérios. Sabemos que as maiores causas são a hipertensão, as infecções, as hemorragias e até mesmo o aborto inseguro.

Hoje, estava na TV Assembleia com duas pesquisadoras, a professora Greice, que é uma médica sanitária, e a professora Isa, que é uma enfermeira obstetriz, debatendo a necessidade de qualificarmos o planejamento familiar, melhorarmos o pré-natal ampliando o acesso das parturientes ao pré-natal. Conseguirmos fazer um

acolhimento melhor da mãe, da gestante. Fazemos a classificação do risco do parto, deputado Gika, se é um parto habitual, podemos ter um parto humanizado numa casa de parto que temos que implantar. Se é um parto de alto risco, temos à disposição uma maternidade com leitos de UTI.

Então, para mim, médica e eleita deputada estadual para defender a saúde e presidente da Comissão da Mulher, quero dizer que a assinatura do decreto ontem e a inauguração de novos leitos de uma UTI neonatal dessa natureza cirúrgica já beneficia, como o exemplo da pequena Ester, que veio da região da deputada Ângela e já vai se submeter à cirurgia neurológica.

Quero dizer que temos também, quero aqui particularmente usar meu tempo para saudar o amigo, Dr. André Godinho, que assume a representação da Bahia no Conselho Nacional de Justiça e muito honrará esta Casa, eu que conheço o seu trabalho, a sua militância enquanto conselheiro federal.

Quero ainda, mudando um pouco o foco, mas ainda mantendo na área cultural, falar da nossa audiência, deputado Herzem Gusmão, em Vitória da Conquista e não tive oportunidade de falar isso, estivemos presentes, eu, o deputado Herzem, o deputado Marcell Moraes, o deputado Marquinho Viana, por um chamamento de um vereador daquela casa vice-presidente, Juvêncio, para debatermos o meio ambiente que também é saúde. Isto é, a sustentabilidade do rio Verruga que hoje se encontra contaminado, praticamente, em todo o seu leito, causando inúmeras doenças. O rio é estadual mas nasce em Conquista, obviamente daí a revolta do seu povo.

Tenho certeza que de lá saímos não só com alguns encaminhamentos de campanhas educacionais, como também a solidariedade de todos fazermos a nossa parte de forma suprapartidária, buscando da Embasa a ampliação e o término das redes; e da população, o entrocamento das redes de esgotamento às linhas já existentes. Isso é muito importante. Porque fazer política para mim é assim: cuidamos do interesse do povo, o povo procura esta Casa e nós nos manifestamos para defender os seus interesses. Isso é que é muito bacana. Quero dizer que contem com esses deputados!

Por fim, quero lamentar, como presidente da Comissão da Mulher, a morte do grande compositor, poeta e artista Fernando Brant, que nos deixou no dia dos namorados e que é o autor da música que é hino para muitas de nós que defendemos as mulheres. O hino Maria Maria vocês conhecem. Sabemos que ele deixará saudades em todos os cantores que militam na cultura, em todos os corações das mulheres que pensam no enfrentamento à violência, que pensam em equidade, em igualdade entre os gêneros, certamente ele continuará inspirando a todas nós.

Parabéns aos forrozeiros pela grande luta e pelo sucesso. Espero estar vendo vocês dançando esse forro e encontrando vocês nos próximos dias, não é, Zelito?

Grande abraço!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra a nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB, PRB, PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, subo à tribuna na tarde de hoje para chamar a atenção desta Casa Legislativa.

Ontem, desta tribuna o deputado Robinho, meu amigo do Partido Progressista, chamou a atenção do Poder Legislativo do Estado da Bahia. Em 2012, a Diretoria do Detran baixou uma portaria obrigando que os carros utilitários fossem vistoriados anualmente a partir do ano de 2013. E esta portaria dizia que todos os demais carros deveriam ser vistoriados a partir do ano de 2016. Esta portaria é totalmente inconstitucional. Cabe a esta Assembleia Legislativa criar leis a serem efetivadas por parte dos órgãos do Estado da Bahia. Não podemos aceitar que a diretoria do Detran se sinta no direito de baixar uma portaria e começar a fazer cobranças à população do nosso Estado.

O deputado Pedro Ken, do PT do Mato Grosso, fez uma consulta ao Denatran e esse departamento respondeu o que já sabíamos: não cabe à diretoria do Detran legislar, cabe a esta Assembleia Legislativa. Se estiver falando algo que não seja verdade, deputado Robinho, V.Ex^a, por favor, corrija-me. Então, cabe a nossa Assembleia Legislativa legislar, e não à diretoria do Detran.

Hoje, pela manhã, fui provocado por alguns assessores da nossa Liderança, que me cobravam uma posição com relação a alguns excessos por parte do Detran.

O superintendente do Detran, Maurício Bacellar, esteve na Comissão de Defesa do Consumidor e lhe perguntamos: quantas empresas estariam autorizadas a fazer a inspeção veicular no interior do Estado da Bahia?. O secretário informou, no âmbito da Comissão, que mais de 400 empresas estão credenciadas a prestar esse serviço.

Perguntei também ao superintendente Maurício Bacellar: quais os critérios utilizados pelo Detran para conceder a essas empresas autorização para vistoriar os carros no interior do Estado da Bahia? O superintendente ficou de encaminhar para a Comissão a relação dessas empresas, mas até hoje ela não apareceu, nem quais foram os critérios utilizados para conceder essas licenças. Vou continuar a aguardar a lista dessas empresas e os critérios utilizados pelo Detran.

Hoje, pela manhã, a assessoria da Oposição, que me provocou sobre esse tema, ofereceu-me mais um caso a ser estudado por esta Assembleia Legislativa. Trata-se do contrato... Deixem-me ver o nome do contrato porque o documento é extenso.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a terá o aparte assim que eu concluir.

O contrato da administração do pátio do Detran. Esse contrato é no valor de R\$ 21 milhões anualmente e tem como objetivo o serviço de remoção, através de caminhões tipo reboque, de veículos apreendidos; organização, realização e prestação

de contas de leilões públicos, realizados por leiloeiros juramentados pela Junta Comercial do Estado, dos veículos não recuperados por seus proprietários dentro do prazo legal; o apoio do Detran no tratamento e destinação correta dos veículos sem condições de trafegabilidade e de seus resíduos; e a gestão integrada e informatizada, apoiada em bancos de dados dos processos de gestão integrada e informatizada, decorrentes das apreensões e remoções feitas pelo Detran de acordo com as especificações e obrigações constantes no instrumento convocatório e especialmente as disposições da seção B e as constantes da proposta de apresentação da contratada.

Eu, particularmente, não entendi qual é, realmente, a função desse consórcio de empresas que administra o pátio do Detran. Agora, acho o valor de R\$ 21 milhões por ano um tanto irrazoável. E pergunto a V.Ex^{as}: quais são as prerrogativas e os deveres do Poder Legislativo? Legislar e fiscalizar o Poder Executivo. No momento em que não recebemos os esclarecimentos necessários quando temos dúvidas é importante que façamos investigações. Temos um objeto de investigação, que é prerrogativa nossa, e talvez seja o maior objeto de investigação a que temos direito, que é a CPI. Acho que esta Casa tem o dever de tomar conhecimento sobre todos os contratos, é nosso o poder de fiscalizar e defender o consumidor baiano. Se os contratos estiverem corretos, nós estamos cumprindo com a nossa parte e diremos que está correto; se estiverem incorretos, cabe a este Poder Legislativo tomar as medidas cabíveis e justas para com o povo da Bahia.

Agora, vou conceder um aparte, inicialmente, ao Líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Adolfo Viana, quero, aqui, em nome da nossa Bancada, primeiro, parabenizar-lhe por esse belo pronunciamento e esse chamamento que V.Ex^a faz da tribuna aos deputados da Assembleia Legislativa da Bahia. Quero dizer-lhe que a Oposição já entrou com a Adin, como V.Ex^a tem conhecimento, afirmando, mostrando juridicamente que era inconstitucional esses aumentos efetuados sobre a taxa do Detran.

Nós, da Oposição, também já requeremos oficialmente os esclarecimentos sobre os aumentos, a forma e os critérios nas escolhas das empresas terceirizadas. A Oposição está muito firme nesse assunto.

V.Ex^a usa o seu mandato e a sua voz para trazer a esta Casa assuntos importantes que, acredito, a Assembleia não irá se furtar em se aprofundar para abriremos a caixa preta do Detran. V.Ex^a traz hoje uma grande caixa preta e a Assembleia tem que ter coragem e vontade de abri-la para a sociedade estar ciente dessa caixa preta do Detran.

Muito obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço ao Líder, Sandro Régis, e incorporo seu aparte.

E volto a afirmar, deputado Sandro Régis, isso não é questão de coragem ou falta de coragem, é obrigação, é dever deste Parlamento apurar as denúncias feitas. A omissão deste Parlamento em relação a denúncias graves como essas que estão sendo

feitas é de uma irresponsabilidade sem tamanho. No momento em que eu receber qualquer tipo de denúncia irei investigar. Óbvio que precisamos das informações necessárias por parte do Detran e temos instrumentos de investigação, no caso, o maior instrumento de investigação que o Poder Legislativo tem é a CPI. Se for preciso fazê-la, que se faça, o que não podemos é ficar com as informações pela metade.

Concedo um aparte ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

V.Ex^a cumpre um dos principais objetivos do mandato de qualquer parlamentar, o papel de fiscalizar. A Oposição fez alguns requerimentos importantes de esclarecimentos ao superintendente do Detran, que até agora não deu a menor importância ao pedido de requerimento da Oposição. Quero fazer um chamamento ao nosso Líder Sandro Régis para que faça uma intimação ao superintendente do Detran, e este esclareça todas essas questões trazidas no requerimento da Bancada da Oposição.

São requerimentos importantes, deputado Adolfo Viana, que contam nesta Casa com o apoio dos deputados opositores e de vários parlamentares governistas que não se conformam com a majoração das taxas daquele órgão do governo. Por essa razão, querem esclarecimentos reais sobre a situação em que se encontra o Departamento Estadual de Trânsito.

Muito obrigado. E parabéns pelo seu pronunciamento importante, que esclarece pontos importantes em relação ao Detran!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço o aparte do deputado Fábio Souto e o incorporo.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concedo um aparte ao deputado Herzem Gusmão.

O Sr. PRESIDENTE (Leir Lomanto Júnior):- Peço que seja breve, deputado. Para concluir, porque o tempo já está esgotado.

O Sr. Herzem Gusmão:- Sr. Presidente, é uma questão de ordem para fazer um esclarecimento.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, ontem foi ele.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Herzem Gusmão, vou deixar o aparte de V.Ex^a para outra oportunidade, já que os nossos colegas petistas pedem que eu preserve o Regimento.

Finalizo o meu pronunciamento cobrando de vocês esta responsabilidade de fiscalizar, que não é só da Oposição, não. Recolheremos assinaturas. Quero ver, deputado Joseildo Ramos, se vamos contar com o apoio da base do governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Gika. E por 6, o deputado Zó, do PCdoB.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Gika pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GIKA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, colegas da Assembleia, TV Assembleia, servidores, imprensa, Zelito Miranda, conterrâneo de Serrinha que é soteropolitano agora, nosso amigo Tasso Franco, que também é de lá, sanfoneiros – enfim, todos os que fazem a festa de São João e a de São Pedro, como os zabumbeiros e trianguheiros, e são parte da cultura nordestina, admiro muito todos vocês, que formam uma turma muito grande -, a cultura é isso aí, tem que estar presente. Não podemos, deputados, deixar de apoiá-los no que for necessário. É preciso apoiar a cultura da sanfona, do pé-de- serra agarradinho. Essa cultura é que esquentava o são-joão.

Vocês estão de parabéns! Em nome de Zelito agradeço a todos vocês, sanfoneiros e seus parceiros.

Serrinha fez 139 anos, cidade de 85 mil habitantes, sertaneja, dotada de povo trabalhador e cheio de devoção. Ela fica a 170 quilômetros de Salvador. Zelito, era para você, que é filho do município, estar lá dando uma canja. Agradeço desde já a vocês, sanfoneiros.

Quero agradecer também a Teofilândia, cidade vizinha a Serrinha, que fez 13 dias de festa comemorando o seu padroeiro, Santo Antônio. O prefeito Adriano e os vereadores estão de parabéns por aquele evento maravilhoso!

Quero dizer ao nosso colega deputado Marcelino Galo: estou contigo. Estamos juntos para defender a atual maioria penal desses jovens. Não podemos deixar os jovens de menor idade juntos com os jovens de maior idade. Sabemos que, com eles juntos, acontecerá uma tragédia. Eles sairão de lá escolados para fazer coisas piores.

Os governos devem fazer com que esses jovens tenham o lugar propício para se formar. Claro que é preciso cobrar, punir. Eles, com 16 anos, já sabem votar e têm saber. Mas, se juntar com os jovens de maior idade, ficarão piores. Defendo que não se reduza a maioria penal, que se mantenha como está. Temos de entender que é uma pequena parte da nossa juventude que faz com que aconteça essa ideia de reduzir, não é, deputada Maria del Carmen? Temos de defender a maioria atual, sim. Nós, do PT, temos de entender isso.

Na região de Serrinha, temos o governo de Rui e de Dilma comprometidos. Na zona rural, estamos recebendo 160 cisternas de produção, com 52 mil litros cada. Por isso, temos de agradecer a este governo, que tem esse comprometimento com o povo da zona rural, com aquelas pessoas que são do Semiárido, que fazem a agricultura familiar. A CERB e a Embasa fazem com que aquela região esteja sendo muito bem

atendida por este governo. Quero agradecer ao nosso PT. Ele faz as coisas dentro das necessidades de cada um.

Para concluir, presidente: o governo tem um comprometimento tanto com a saúde quanto com a educação e com a água. Água é vida. Sabemos que há a dificuldade. Nossos colegas deputados lutam para que venham coisas melhores. Defendemos, também, o governo, para que venham mais e mais coisas. Muitas coisas já foram feitas, mas temos muito mais para fazer.

Muito obrigado. Vamos à luta!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÓ:- Presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, a turma da música, forrozeiros, dizem que o samba nasce com a gente, está no sangue e ninguém tira, não é Bule-Bule? (Palmas) Abrindo com um trecho dessa cantiga de Bule-Bule, faço uma saudação especial a Carlos Pita pelo trabalho brilhante “Águas do São Francisco”. O São Francisco está agonizando, Pita, e aquele disco ainda serve de referência em defesa do Velho Chico. Você, que viveu um tempo na beirada do rio, lá em Remanso da Bahia, terra natal do meu pai.

Quero só lembrar à turma do forró, à turma da música, que tanto defende o meio ambiente, o Velho Chico... Acho que todo mundo tem uma música do São Francisco. Juazeiro e Petrolina talvez sejam as duas cidades que têm mais músicas neste País, de Geraldo Azevedo, de Caetano Veloso, de Targino Gondim, de Sérgio do Forró e até o mestre Elomar cita o Rio São Francisco nas suas canções.

Quero, Bule-Bule, compará-lo... São poucos que nascem em determinados segmentos: Elomar, Bule-Bule, Glauber Rocha, Ariano Suassuna e Luís da Câmara Cascudo. São poucas pessoas e quero fazer essa referência. Dizer que qualquer referência de música brasileira, de fato, e não brasileira por imposição, tem de passar por Bule-Bule.

Queria dizer que, neste momento em que se reúnem esses artistas aqui, isso é importante. No São João, que é um ambiente mais propício para o forró, para a música regional, às vezes, temos de pedir licença para tocar o Rei do Baião. Porque virou uma coisa tão sem nexos. A maioria das vezes, Luiz Gonzaga é capaz de ter vaia.

Dominguinhos, no final da sua carreira, cantou muito com João Serena, amigo nosso, artista da nossa terra. Queria lembrar de Targino, nosso sanfoneiro de ouro. Em Juazeiro criamos o Dia Municipal da Sanfona, 07 de outubro, dia do nascimento de Targino Gondim. Precisamos criar esse ambiente para que não precisemos pedir licença para tocar o que é nosso.

Pelo ambiente que sinto, esta Casa já está ajustada e o projeto já está resolvido na hora da votação. (Palmas.) Mas é preciso cobrarmos para que esse projeto fique na pauta. É preciso que a ordem dos músicos, as delegacias regionais verifiquem essas

cadeias, porque muitas vezes um determinado cantor canta baboseiras, coisas sem nexo, coisas que degradam a sociedade, que criam ambiente de promiscuidade na juventude e, muitas vezes, leva o cachê de um São João de uma cidade inteira, cachê de 400 mil reais para tocar porcária, para tocar coisa sem futuro, que não agrega, que não constrói, coisa que sequer tem musicalidade, músicas de uma nota só, que começam no dó e terminam no dó, quando não terminam no ré, que é para trás.

Gostaria de fazer esse registro em defesa da cultura. (Palmas.) Tive o privilégio e a possibilidade de ter sido secretário de Cultura em Juazeiro da Bahia. Todos sabem, quando passei por lá, a briga que tinha contra essa música convencional, midiática, para botar bloco de afomé na avenida, banda de sopro na intercalação do palco alternativo e uma série de outras coisas.

Na maioria das vezes temos de pedir licença para dizer o que é nosso. Em nome da cultura, pela vida da arte brasileira, vamos aprovar essa lei, mas é preciso que cada um de nós fiscalize, não só os parlamentares. Os músicos também precisam fiscalizar porque estão no dia a dia. É preciso que quem milita nas rádios entenda essa importância. Chega de jabá, chega de dinheiro para impor músicas para tocar. A rádio é uma concessão pública, e muitas vezes fica recebendo incentivo para que toque música com nomenclatura de pagode, mas não tem nada a ver com pagode, sertanejo que não tem nada a ver com sertanejo. Roubam até o nome das nossas músicas.

Então quero fazer esse registro. Muitas vezes as pessoas criam preconceito contra sertanejo, mas é contra uma música chamada sertanejo mas que não é sertanejo, ou contra uma música chamada de pagode, mas que não é pagode. Pagode é o que essa turma aí canta.

Mestre, sua música é eterna, como é eterna a música de Luiz Gonzaga, como a música de Elomar, como a música brasileira de fato.

Um grande abraço. Vamos seguir cantando o que é nosso. Parabéns.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leir Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Pelo tempo de 6 minutos falará o deputado Carlos Geilson e pelo tempo restante falará o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, registro com muita alegria a presença desses artistas, desses baluartes da música regional, da música nordestina.

Aqui tenho o prazer de rever grandes artistas, eles que constroem a história da música em nosso Estado, em nossa região. Que prazer rever o meu amigo Carlos Pita, conterrâneo da minha querida Feira de Santana. Carlos Pita, com muitos sucessos, é um artista vocacionado e muito ligado às nossas raízes. Meu querido amigo Bule-

Bule, da nossa querida Antônio Cardoso, que bom vê-lo. Ele que sempre está em Feira de Santana, apresentando o festival de violeiros. Del Feliz, com a sua música, a sua alegria. Zelito Miranda e tantos outros que nos dão o prazer de comparecer e abrigar esta sessão.

É uma sessão mais que especial, quando nós, da Assembléia Legislativa, estamos apoiando a música regional, apoiando esses artistas justamente no período junino. Estamos vendo essa invasão de artistas, patrocinados com o dinheiro público, que nada têm a ver com a nossa festa. O cantor nordestino, o forrozeiro, espera com tanta ansiedade a chegada das festas juninas e justamente nesse período alguns gestores públicos não comprometidos com as nossas raízes, com as nossas tradições, investem fábulas em artistas que já são contratados periodicamente. E é preciso que nós estejamos aqui, resgatando, fazendo essa ressalva. Não é uma questão de reserva de mercado, é uma questão de valorizar esses artistas. Eles precisam porque não têm o poder da grande mídia, não aparecem na grande mídia como os outros artistas. Nós precisamos salvaguardar os interesses desses abnegados da música nordestina.

Entendo que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia dá um passo importante neste momento. Saibam vocês, forrozeiros, artistas dos mais renomados, até aqueles que ainda estão engatinhando, sem uma grande mídia por trás, sem ter um grande público, porque vejo aqui artistas consagrados, mas também há artistas que fazem o seu mister com amor, com dedicação, que esse projeto visa esse espaço: que nessa época eles tenham, realmente, um espaço que lhes dê a garantia de que serão aproveitados, de que terão, de fato, a sua música preservada.

Eu sou do forró autêntico. Esses grandes artistas desses período não me encham os olhos. Eu prefiro ouvir a boa música de vocês. Preciso e gosto de ouvir a sanfona, o triângulo e a zabumba. Gosto de ouvir os repentes do meu amigo Bule-Bule, gosto de ouvir a voz de Del Feliz, de Zelito Miranda, Carlos Pita, Flávio José, Targino Gondim e tantos outros artistas, mais conhecidos, menos conhecidos, mas tão importantes na defesa das nossas tradições, da nossa música regional.

Portanto, vejo a figura de Dominginhos: “Pense n'eu, eu sou o forró” Nós somos o forró, somos a música autêntica, somos a música de qualidade. Estou no rádio há quase 40 anos, fui programador de rádio por 18 anos, e pude programar, nesse período, muitos desses artistas que estão aqui. Muitos deles que estão aqui programei e toquei em meus programas de rádio. Agora, tenho a oportunidade de votar em um projeto defendido por eles, um projeto que nasceu desta Casa a quatro mãos, a oito mãos, a 63 mãos, porque é um projeto que não tem uma vertente, tem várias vertentes, todos comungam com essa ideia de valorizar e preservar nossa música.

Se não fizermos isso, corremos o risco de nos omitirmos acerca da defesa da nossa música regional para que esses artistas continuem nos abrigando com os seus talentos, com as suas músicas e com os seus belos shows, com a sua alegria e o toque da sanfona que tanto encanta todos nós e faz com que arrastemos os nossos pés. Viva o São João! Viva as nossas tradições! Viva os nossos artistas que merecem todo

o nosso apoio! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nosso querido amigo Herzem Gusmão, pelo tempo de até 5 minutos .

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero saudar os forrozeiros: um abraço para Pita, um abraço para Bule Bule. Os dois já estiveram na minha terra. Bule Bule já fez rádio e esteve na Rádio Clube de Conquista há algum tempo, um abraço para ele.

Estou aqui a título de um esclarecimento em relação ao pronunciamento do deputado Adolfo Viana. Já está tramitando nesta Casa, já está na pauta , pelo menos entrou na pauta do dia 19 ao dia 25 um decreto legislativo semelhante ao de Mato Grosso, que foi uma iniciativa dos deputados do PT Pedro Kemp, cabo Almir, João Grandão e Amarildo Cruz. Lá eles entraram com um decreto, semelhante ao que entramos aqui, pedindo ao legislativo daquele estado que suste a portaria do Detran, portaria semelhante a nossa, que é inconstitucional e portanto arbitrária.

Em relação ao pleito dos deputados do PT do Mato Grosso, queremos informar que a Advocacia Geral da União se pronunciou opinando contrariamente às vistorias implantadas no Mato Grosso. Eu disse e afirmei aqui que a vistoria veicular na Bahia subiu no telhado. Temos também uma decisão que forma jurisprudência em toda a Pátria. O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de se manifestar sobre a matéria, considerando inconstitucional a vistoria anual implantada no Distrito Federal, em Brasília.

Portanto, não tem mais nenhuma dúvida.

Aqui na Bahia, as oposições, lideradas pelo deputado Sandro Régis, entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a cobrança e contra as vistorias que já geraram na Bahia mais de 400 empresas em todo o Estado. Além dessa providência, além de remédio jurídico, tramita nesta Casa, portanto, um decreto legislativo. Não é demais a gente informar que quem possui um carro já tem uma carga tributária muito pesada, paga IPI, Confins, PIS, além de IPVA, Licenciamento, DPVAT, selagem de placas e as placas.

Portanto, esperamos que o governo da Bahia consiga imediatamente acatar este pleito. Há uma crise na Bahia, ninguém suporta tantos impostos, principalmente imposto inconstitucional. E foi dito aqui, e foi um equívoco, que é opcional. Não é opcional, nunca foi.

Essa cobrança é abusiva. Além de inconstitucional, é abusiva. É impositiva. Para renovar o emplacamento do seu veículo, o cidadão é obrigado a pagar os encargos gerados de maneira ilegal e inconstitucional . Esta é uma Portaria de dezembro do ano passado, portanto as cobranças dessas vistorias são ilegais.

Eu gostaria portanto de apelar para o Legislativo, para esta Casa. Nós já estamos sentindo o apoio de Robinho, o apoio do deputado Adolfo Menezes, de todos

os deputados de oposição. Esperamos também o apoio dos deputados da Bancada Governista para revogarmos e impedirmos essa cobrança das vistorias aqui na Bahia.

Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PTN, PROS,PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Vitor Bonfim e por 6 minutos o deputado Bira Corôa.

Com a palavra o deputado Vitor Bonfim pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, quero tratar aqui do assunto em voga, no dia de hoje, que é a questão do Detran. Deputado Adolfo Viana e deputado Herzem, que têm constantemente chamado a atenção para esse tema, a gente sabe que o diretor Maurício Bacellar tomou posse, no mês de fevereiro, do cargo de diretor geral do Detran.

Toda essa celeuma e dúvidas que vêm sendo levantadas por V. Ex^a não atingem a gestão atual do Diretor Maurício Bacelar. É preciso que deixemos isso bem claro para a população da Bahia que nos ouve e nos acompanha.

O diretor já esteve nesta Casa e mostrou-se bastante acessível, compreensivo e, se eventuais irregularidades e inconstitucionalidades existem, eu não tenho dúvida nenhuma de que ele terá toda a compreensão e, mais uma vez, virá a esta Casa para que a gente possa caminhar e buscar a solução para esse problema que tem sido apresentado constantemente aqui.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Vitor Bonfim, eu queria dizer a V. Ex^a que, em momento algum, eu acusei nem Maurício Bacelar, nem o ex-superintendente do Detran. O que fiz foi reverberar as denúncias que chegaram à Liderança da Minoria desta Casa. O Superintendente Maurício Bacellar já fez contato com o deputado Rosemberg Pinto.

Mas eu, em momento algum, acusei Maurício Bacellar ou qualquer outra pessoa que seja. O que eu disse desta tribuna, repito e cumpro com o meu papel e o meu dever de deputado de fiscalizar o Poder Executivo. Se dúvidas foram geradas, ele tem o dever de esclarecer e esta Casa Legislativa tem a obrigação de cobrar os esclarecimentos.

Quando somos provocados e não cobramos os esclarecimentos, nós estamos prevaricando. Então, quero dizer a V. Ex^a que não acusei Maurício em momento algum. Agora acho que é Maurício que deve prestar os esclarecimentos.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- Agradeço o aparte de V. Ex^a e sei que é preciso deixar claro, para a população da Bahia, que não está sendo feita nenhuma acusação contra a gestão atual do órgão e do Departamento de Trânsito, deputado Herzem. Como disse anteriormente, o Diretor está acessível e disponível para prestar os

esclarecimentos necessários. É óbvio que ninguém quer tolher um deputado estadual de exercer o seu papel. Os deputados de oposição têm que exercer o seu mandato na plenitude, bem como os deputados da base do governo que dão sustentação ao Governador Rui Costa. Cada um exercendo o seu papel, a sua função democraticamente nesta Casa. Assim, a cada dia que passa, teremos uma casa mais forte, mais respeitada pela população da Bahia.

Sr. Presidente, tenho também acompanhado o segundo tema que me traz à tribuna, na tarde de hoje, em relação a este projeto de lei que está em tela, em debate, na tarde de hoje. Acredito que é preciso que façamos um debate mais aprofundado.

Sei que estamos na iminência dos festejos juninos, no nosso Estado da Bahia, a grande festa que movimenta todo nosso Estado, comemorada em todos os 417 municípios. Mas a cultura, deputada Fabíola, não se restringe tão somente a um movimento e a um segmento musical. É preciso aproveitar a oportunidade para debater a cultura da Bahia e fazer um debate mais profundo.

A Secretaria de Cultura do Estado não pode ficar da forma como está, com um orçamento tão pequeno. Da mesma forma acontece com o Ministério da Cultura. A lei que foi colocada anteriormente era claramente inconstitucional. Foi feito um reparo nessa legislação que, há pouco, foi apresentada a mim. Mas é preciso que nós evoluamos no texto. A lei precisa ser melhorada, pois ainda não está perfeita.

Então, Sr. Presidente, entendo que não há motivo para o açodamento. Deputado Rosemberg, poderemos aprofundar e melhorar a lei para que possamos votar e ter um remédio legal que vá funcionar, para não nos rendermos aos flashes, ao fácil. Para não nos rendermos a uma pressão legítima do segmento musical, a fim de sair tão somente na capa do jornal, segurando uma lei que não terá efeito prático algum.

É preciso que tenhamos cuidado ao aprovar esta matéria nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidores e servidoras, Imprensa, visitantes, especialmente quem representa de fato a identidade da cultura, seja na musicalidade, seja na dança, mas acima de tudo na aparência e na resistência do Nordeste, do nordestino e do baiano, que são os forrozeiros. (Palmas.)

Sr. Presidente, esta Casa, no dia de hoje, está tendo a oportunidade de fazer uma grande justiça, trazendo para o debate e para a afirmação do nosso estado aqueles e aquelas que ao longo de séculos vêm cultuando a nossa identidade, reafirmando o valor social, cultural e econômico do nosso estado.

Não tenhamos dúvidas de que o projeto não é 100% do que queríamos atingir. Não tenham dúvidas de que ele é polêmico e que esbarra, muitas vezes, em uma

constituição maior: do direito de ir e vir e da expressão da cultura. Mas seria injusto se a Bahia não tomasse uma posição para preservar o seu valor identitário e cultural. E esta ação de hoje tem como base o respeito e a valorização da identidade cultural do nosso estado, da nossa região e do nosso Nordeste. (Palmas.)

Quero dizer que me sinto impotente, porque gostaria de aprovar aqui hoje a valorização econômica do forró na Bahia. É inaceitável que, neste exato momento em que se discute o forró, mais de 350 municípios, dos 417 da Bahia, sejam invadidos e deles sejam extraídos recursos dos cofres públicos por diversas outras tendências musicais do Estado, do País e até de fora do País, na festividade maior da Bahia. Mas quem defende e garante a presença marcante do forró, muitas vezes é valorizado lá embaixo. Se olharmos o cachê pago pelos municípios e pelo Estado aos forrozeiros, àqueles que fazem as músicas de raiz, que garantem a nossa identidade com o baião, o forró, o xaxado, sem dúvida nenhuma, nos dá vergonha em olhar a margem desse contrato. Cada uma das atrações fora de época que chega aqui, às vezes, leva mais do que centenas dos nossos representantes autênticos do forró. (Palmas.)

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este momento era o de aprofundarmos uma discussão, chamar o Estado da Bahia, através de seus setores organizados, da cultura e do turismo, porque precisamos rediscutir e planejar, que não dá para lançar a programação de um São João de um Estado que move a economia a partir do São João exatamente na semana de início das festas ou após as festas.

É inaceitável que hoje esteja sendo lançado no Pelourinho o São João de Salvador e o interior esteja em colapso, porque a maioria dos municípios está fora do orçamento, fora da obtenção dos convênios firmados para garantir a presença dos forrozeiros.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, ao longo do ano inteiro deveríamos ter tido esse debate. E a programação do São João tem condição de ser apresentada com tempo hábil para que os municípios se organizem e possam utilizar uma mídia muito forte para garantir a fixação da economia nos nossos municípios a partir da maior festividade que este Estado tem que é, sem dúvida nenhuma, os nossos festejos juninos, que começam no dia 1º, no mês de junho, e se estendem até a segunda semana do mês de julho; não é apenas o São João.

É por isso que o Estado tem que estar preparado para atender a essa demanda e fortalecer ainda mais esse setor. E não tenho dúvida alguma de que o que estamos pedindo aqui é insignificante, 60% dessa estrutura para garantir a quem de fato faz o forró (Palmas), a quem de fato mantém a cultura da festa junina, e isso é fácil de ser trabalhado se tivermos um mínimo de planejamento, de respeito ao setor, inclusive pela ampliação, pela valorização e o respeito que temos que ter. Pela preservação das quadrilhas, pela recuperação dos forrozeiros, mas, acima de tudo, por concursos e festivais que irão, cada vez mais, melhorar a qualidade musical, aproximando a juventude de uma música de boa qualidade, tirando, acima de tudo, do que hoje é corriqueiro, o usuário, mas sem sustentação, sem respaldo e sem afirmação dos nossos valores.

O Sr. Vítor Bonfim:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. BIRA CORÔA:- Por isso, Sr. Presidente, que não poderia deixar de me posicionar hoje a favor da aprovação e garantindo o direito de avançar cada vez mais na valorização.

Vou conceder um aparte a V.Exª, embora o meu tempo esteja quase esgotado.

O Sr. Vítor Bonfim:- Deputado Bira, agradeço a oportunidade que V.Exª me dá, mas quero deixar claro aqui a minha preocupação em relação à real implementação dessa lei, porque não podemos, deputado Bira, como eu disse, restringir a discussão do que é o São João para a Bahia a tão-somente o ritmo musical. Imagine V.Exª o que seria dos carnavais fora de época do Brasil se os outros Estados proibissem a circulação de trios elétricos, que foi uma invenção...

(Vaias da plateia.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de pedir às pessoas que estão nas galerias que não vaiem o deputado. Ele tem direito a emitir a opinião dele; uns emitem a favor, outros emitem contrários.

Eu gostaria de fazer um pedido, porque o Regimento, inclusive, proíbe de o deputado ser vaiado dentro da Casa. Primeiro, a alegria de tê-los aqui, agora faço um apelo, que não vaiem o parlamentar, porque o deputado tem o direito de externar a sua opinião.

Volto a palavra a V.Exª

O Sr. Vítor Bonfim:- Só para concluir, deputado.

Eu quero que aproveitemos a oportunidade, o espaço que esse assunto está tendo na mídia para que aprofundemos a discussão. Como V.Exª bem colocou: a cultura da Bahia precisa de mais, precisa de muito mais. E temos que aproveitar esse tema para aprofundar, melhorar a legislação, trazer o secretário de cultura aqui e aprofundar nossa legislação nesse aspecto, inclusive através do que é mais importante do que discursos, palavras, que é um fundo para a cultura, para apoiar, porque sem dinheiro não se resolve nada.

Agradeço a participação de V.Exª e quero deixar claro que não sou contra o projeto de lei. Quero que nós o aperfeiçoemos, que discutamos melhor a cultura no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Incorporo o seu aparte e tenho convicção de que V.Exª não é contra e sei da sua preocupação.

Quero concluir dizendo, Sr. Presidente, que a preocupação com a manutenção de criação de fundo foi a que tivemos também aqui com o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, garantindo o direito do ouro negro, exatamente direcionando a partir de um fundo...

Quero concluir, Sr. Presidente, agradecendo mas dizendo que é tão importante mantermos a presença do forró quanto é necessário valorizar cada vez mais a nossa cultura.

Parabéns àqueles que me fazem representado pela identidade. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSD pelo tempo 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falarão os deputados Alan Sanches, pelo tempo de 4 minutos, Marquinho Viana, por 3 minutos e Pastor Sargento Isidório por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, quero agradecer ao nosso querido amigo Rosemberg, pela tolerância de me dar este tempo para falar. Hoje estivemos na nossa Comissão de Saúde. Queria saudar todos os presentes, os forrozeiros. Tenham certeza de que vamos aprovar esse projeto com louvor – Carlos Pita aí – e por merecimento para defender a nossa Bahia.

Estivemos hoje, vou falar rapidamente aqui, na nossa Comissão de Saúde a qual presido, trouxemos aqui o Dr. Paulo de Tarso, o Paulinho, para justamente debater sobre a regulação, que é um “calo” na Saúde no nosso Estado. Pudemos percebemos que hoje se fala muito nas cirurgias de trauma. (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Queria um pouco de silêncio, Sr. Presidente. Na verdade, eu queria um pouco de atenção dos colegas, porque todos passam por isso.

As cirurgias de trauma têm sido feitas através de um convênio chamado “mutirão”, com diversos hospitais: Hospital Santa Izabel, Hospital Salvador, Hospital Agenor Paiva, Clínica Cato, dentre outros. Estou falando da parte ortopédica. E, hoje, não conseguimos resolver o problema da ortopedia.

Levanto aqui o questionamento de quem nesta sala, neste plenário não teve um paciente com lesão meniscal, lesão ligamentar, paciente precisando de prótese de joelho, prótese de quadril, e que não conseguem. Hoje estivemos aqui com o assessor da Superintendência da Regulação que nos deu realmente o que eu precisava saber, que temos que enfrentar esse problema.

Não existe um cadastro dos pacientes para cirurgia eletiva. O paciente do Dr. Euclides não consegue ser operado na rede credenciada da Secretaria da Saúde do Estado porque não existe um cadastro. A Secretaria da Saúde não sabe quantas cirurgias eletivas tem que fazer, porque não existe a possibilidade do paciente realizar pelo menos o seu cadastramento para saber que ele precisa da cirurgia. Quando se deseja saber quantas cirurgias têm que ser feitas, tem que se dirigir a cada departamento, por exemplo, de ortopedia de cada hospital. Tem que se dirigir ao departamento de ortopedia do Hospital Santa Izabel, que hoje tem quase 300 pacientes inscritos só para fazer lesão de ligamento e de menisco. No Hospital Manoel Vitorino da mesma forma já há a soma de 300 pacientes com lesão meniscal.

Então, a ideia é a seguinte: temos um projeto de lei aqui nesta Casa – deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a fica muito bem na presidência dos trabalhos aqui – que é justamente isso: não cria ônus nenhum para a Casa. Vou pedir mais uma vez a colaboração de V.Ex^{as} para que, na semana que vem, possamos votá-lo, que é o cadastro único desses paciente, que roda aqui desde 2013. Os pacientes de cirurgias eletivas, cirurgias oftalmológicas, ginecológicas, de vesícula, precisam inscrever-se em algum lugar, porque se ele não se inscrever, não se cadastrar, nunca vai resolver seu problema cirúrgico! O Hospital Santa Izabel, por exemplo, não faz uma cirurgia de prótese pelo Estado desde outubro! Isso já soma três meses. Com mais seis, são nove - uma gestação - sem realizar nem sequer um procedimento de artroplastia total de quadril ou de joelho!

Então, queria pedir a colaboração de V.Ex^{as} nesse projeto para que possamos cadastrar esses doentes. Que entrem na fila. A Sesab hoje não tem conhecimento porque não existe o Cadastro de Cirurgias Eletivas. Mas que possamos realmente realizar esses procedimentos a contento e colaborar com a nossa população.

Obrigado pela sua tolerância, Sr. Presidente. Fica muito bem nessa cadeira. Mas não tome muito gosto, não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Questão de ordem do deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:-Sr. Presidente Luciano Ribeiro, ouvimos vários pronunciamentos a respeito do projeto do forrozeiros. Queria saber de V.Ex^a, que está dirigindo os trabalhos desta sessão, como é que ele se encontra. Se está pronto, se foi publicado no Diário Oficial.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):-Qual o parágrafo que V.Ex^a pediu questão de ordem do projeto, qual o artigo da lei?

O Sr. José de Arimatéia:- O senhor, que está dirigindo a sessão, deve saber ver se está... Deixe-me concluir o meu aparte. V.Ex^a está confundindo.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Não, é uma norma da Casa.

(O deputado Marcelo Nilo assume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, queria informações se o projeto dos forrozeiros foi publicado no Diário Oficial e se vai entrar em pauta com dispensa de formalidades.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, os deputados Sandro Régis e Zé Neto me autorizaram a colocar o projeto em votação.

O Sr. José de Arimatéia:- Mas já saiu publicado no Diário Oficial?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não precisa ser publicado no Diário Oficial. Deputado, por acordo. V.Ex^a fez uma pergunta, e eu tenho direito de

responder. Então, vou responder. Faça a pergunta novamente.

O Sr. José de Arimatéia:- Excelência, a publicação no Diário Oficial, o Sr. Carlinhos, secretário, deve saber disso. Ele é quem orienta a Mesa. A publicação no Diário Oficial é fundamental para chegar ao conhecimento público. Se não foi publicado no Diário Oficial, peço vênua a V.Ex^a para que o Regimento desta Casa seja respeitado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a é um parlamentar experiente. Sabe que, quando tem a assinatura dos dois Líderes, dispensa a publicação no Diário Oficial. Sempre foi assim aqui. E assim será porque - deputado, ouça-me só um segundinho -, quando os dois Líderes assinam, dispensa a publicação no Diário Oficial. Diria que milhares de projetos - não vou dizer nem centenas, são milhares - já foram votados aqui nesta Casa, quando os dois Líderes assinam, sem a publicação no Diário Oficial. Se os dois Líderes assinam, isso quer dizer que os 63 deputados concordam que se vote mesmo sem a publicação. É por acordo!

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Pois não, querido.

O Sr. José de Arimatéia:- Peço vênua a V.Ex^a, pessoa que admiro. Tenho um respeito enorme pelo seu currículo de vida política. Mas a publicação é um princípio para chegar ao conhecimento de todos. Ela é fundamental para que o projeto comece a tramitar. Carlinhos, que é o secretário da Mesa, deve saber disto - acredito -: a publicação é fundamental. Sem ela não pode haver tramitação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a sabe do apreço, da admiração profunda que lhe tenho, além de um respeito enorme. Inclusive é o Líder do meu próprio partido. Mas não posso quebrar uma tradição nem um acordo que já foi feito nesta Casa desde o descobrimento do Brasil: quando os dois Líderes assinam, isso dispensa qualquer formalidade!

O Sr. José de Arimatéia:- Excelência, eu tenho o meu convencimento de que a publicação é fundamental. Mas a pedido de V.Ex^a, quem estimo, encerro o debate. Porém mantenho o meu princípio de que a publicação é fundamental. E isso que está sendo feito é ilegal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a sabe que o respeito muito e até agradeço a sua compreensão, pois é tradição nesta Casa, quando os dois Líderes assinam, que o projeto pode ser colocado em votação. Aliás, projetos inclusive seus, diversos, já foram digitados no computador durante uma votação aqui. Aguardamos então o seu secretário, que é muito habilidoso, digitar os de V.Ex^a. Com dispensa de formalidades, nós já votamos aqui diversos.

Portanto, peço-lhe vênua e agradeço, deputado. V.Ex^a sempre concorda comigo. Realmente lhe agradeço por aceitar as ponderações deste humilde presidente, que tem o prazer de ser seu amigo e liderado.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, venho à tribuna nesta tarde de terça-feira para informar que estive com o governador hoje na inauguração de 10 leitos no Hospital Martagão Gesteira, uma entidade de grande importância e grande valia para o nosso Estado. Lá pude observar e ver na fala do seu superintendente que o hospital já esteve com dois andares fechados por falta de recursos, e o governador Rui Costa os repassou para um investimento da ordem de 1 milhão de reais nesses 10 leitos neonatais cirúrgicos que irão salvar a vida de milhares de crianças na nossa Bahia.

Queria informar também que hoje o Martagão Gesteira dispõe de 20 leitos na UTI neonatal e estão em andamento, através da emenda de um deputado, mais 10 leitos, além de um projeto para serem construídos ainda mais 10. Então, acredito que até os meados ou o final do ano que vem o Hospital Martagão Gesteira já estará com 40 leitos de UTI cirúrgica neonatal para atender as crianças aqui do nosso Estado. E assim quero frisar mais uma vez que o governador da Bahia, Rui Costa, não mede esforços, juntamente com o secretário Fábio Vilas-Boas, para o atendimento à saúde.

Ontem, aqui nesta Casa, alguns deputados criticaram o secretário dizendo que vem economizando na saúde. Mas ele não está economizando na saúde, e sim cortando os gastos e as verbas que não têm necessidade em outros setores para fazer investimentos onde mais se precisa, na parte de UTI, pois faltam leitos.

Quero ainda frisar que o serviço de emergência do governo do Estado vem funcionando bem. Algumas pessoas, às vezes, reclamam que nos hospitais de emergência, quando se faz a triagem, elas não conseguem vagas. Acho que o governo estadual vem se dedicando muito na saúde e buscando atendimento de maneira efetiva e eficaz. O secretário Fábio Vilas-Boas tem se dedicado no seu horário integral para buscar os investimentos que precisa na área da Saúde.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que o Ministério Público, em relação ao projeto dos forrozeiros, vem prejudicando os investimentos desses recursos para o são-jão. O município que está inadimplente, que não tem algumas certidões, foi impedido de assinar convênio para esse apoio ao são-jão porque o MP ameaçou entrar contra o governo do Estado, que foi orientado pela Procuradoria Estadual a não ceder e não liberar os recursos através de algumas empresas cadastradas que, às vezes, compram os shows dos forrozeiros. Então, isso vai atrapalhar. Eram recursos destinados para 170 municípios, e acredito que nem 100 irão conseguir pleiteá-los e usá-los. Assim, com certeza, alguns municípios irão cancelar algumas bandas e alguns forrozeiros porque passam por um momento difícil.

Portanto, gostaria de fazer um apelo ao Ministério Público para que nessa parte do são-jão deixasse um pouco em paz os investimentos desses recursos, porque atrapalha os forrozeiros para tocar, atrapalha a nossa cultura, e acredito que o são-jão é uma festa ainda mais popular do que o Carnaval. Então, gostaria também de contar com o apoio dos deputados para o governador ceder esse espaço e voltar a

deixar as empresas trabalharem, contratando os forrozeiros para tocar no são-joão do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Forrozeiros, artistas, homens e mulheres que honram a cultura baiana, brasileira e - por que não dizer? - do mundo inteiro com sons, toques de acordeons, zabumbas, o que demonstra muito bem a alegria da Bahia, sem baixaria, sem nada que denigra a imagem das pessoas. Sem desrespeito, sem nenhuma apologia ao crime ou a coisas que não convêm. Muito pelo contrário, homens como vocês todos, artistas de valor do nosso Estado, precisam ser valorizados.

Sou evangélico, sou pastor, mas não sou melhor do que ninguém, nunca disse a ninguém que sou santo. Já toquei tambor, já toquei zabumba e, se precisar tocar, toco muito. E ainda toco pandeiro. Se precisar sambar, sambo. Se precisar cantar, canto. Quero dizer a vocês que são importantes nesta Casa projetos dessa natureza, ainda mais quando trazidos em acordo com a Mesa Diretora, da qual faço parte, e com as Lideranças da Oposição e do governo.

Penso que é um projeto muito pacífico. Por isso, não há por que dificultar o trabalho e a vida de vocês, até porque não se está discriminando outros artistas. Mas quem tem ouvido com certeza prefere ouvir coisas que ilustram, que ensinam, que dignificam. E isso é o forró. Para não criar ciúmes, porque aí todos são iguais, trago o nome de um forrozeiro, o nosso querido Luiz Gonzaga. Ele não está mais entre nós, mas deixou saudades. Com sua sanfona, seu baião e seu triângulo, fez a cultura lá em Pernambuco, aqui na Bahia, no Brasil e no mundo inteiro ser coisa grande.

Então, em nome do próprio Luiz Gonzaga, eu peço aos queridos pares, conforme colocação e disposição dos Líderes da Oposição e da Situação, da Mesa Diretora, do governo e de todos os outros deputados, que aprovelem sem mais de longas este projeto que é maravilhoso para a cultura da Bahia.

Tem um forró da vaquejada que diz assim: (Canta) “Coqueiro da Bahia, quero ver meu bem agora/ quer ir mais eu, vamo/ quer ir mais eu, vumbora! Coqueiro da Bahia, quero ver meu bem agora/ coqueiro da Bahia, quero ver meu bem agora/ quer ir mais eu, vamo/ quer ir mais eu, vumbora! Eu vou partir lá pr'aquela vaquejada/vou pegar boiada, minha gente/ vamo ver! Coqueiro da Bahia, quero ver meu bem agora/ quer ir mais eu, vamo/ quer ir mais eu, vumbora!”

Viva a cultura baiana, viva os forrozeiros, viva a Bahia e viva o Brasil!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o Líder do Bloco

Parlamentar DEM/PV, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Sr. Presidente, falará por seis minutos o deputado Soldado Prisco e, pelo restante do tempo, o deputado Sidelvan.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco por 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, boa-tarde a todos. Boa-tarde ao povo da cultura da Bahia. Já adianto logo que a cultura do povo da Bahia tem que ser preservada a ferro e fogo. No que vocês precisarem de mim não só para a aprovação do projeto, mas também para as demais coisas, podem contar com a presença e o voto do deputado Prisco.

Voto com vocês porque sou fã do forró tradicional, o forró pé-de-serra.

Sr. Presidente, o que me traz aqui, além do apoio e da aprovação ao projeto de lei que trata da cultura da nossa terra, é a situação que vive, hoje, o Corpo de Bombeiros. Estive na unidade da Calçada, onde, mais uma vez, o governo do PT praticou um estelionato eleitoral.

No dia 02 de outubro de 2014, o governador reinaugurou o Corpo de Bombeiros da Barroquinha, situado na Baixa dos Sapateiros. Houve missa. Houve festa. Toda a imprensa estava lá. Todas as viaturas foram levadas ao quartel e lá deixadas.

No entanto, após as eleições acabarem, melhor, após 3 dias do resultado das eleições, as viaturas retornaram ao quartel da Calçada. Acabou toda a festa. E o quartel da Barroquinha, na Baixa dos Sapateiros, está fechado até hoje. Esta é uma obra pronta sem ser entregue.

E a tropa do Corpo de Bombeiros está na Calçada lotada em um posto em uma situação, extremamente, deplorável. Homens e mulheres dedicam suas vidas todos os dias ao seu trabalho. E a população da Bahia está sofrendo por causa da irresponsabilidade. Esta é, mais uma vez, a mentira deste governo.

Estivemos hoje lá. Fizemos o registro. Estamos denunciando este fato. Inclusive, há uma empresa reformando o quartel da Barroquinha e, há 6 meses, o governo do Estado não para R\$ 1,00 à referida empresa. Então, é um verdadeiro absurdo!

Temos andado por toda a Bahia. Vemos como o governo da Bahia trata a segurança pública. Nós vimos fios e mais fios remendados. Quanto às instalações elétricas, todas elas estão condenadas. A questão da infiltração é muito forte. Há, apenas, um banheiro em funcionamento completo em toda a unidade. Existe, apenas, uma divisão entre o banheiro masculino e o banheiro feminino. O alojamento, onde a tropa se estabelece, é uma fedentina só.

Então, a gente vê o desrespeito total e a falta de prioridade deste governo para com a segurança pública.

Tivemos, recentemente, 5 corpos encontrados no bairro de São Caetano. Tivemos, aqui na Bahia, as mortes de um padre e de um turista holandês. Tivemos a

chacina no presídio de Feira de Santana.

E não se vê este governo fazer nada a respeito de tais tragédias.

Vejam, este governo está no poder há 6 meses. São 6 meses de inércia na área da segurança pública. Há só o discurso moldado pela sua área de comunicação e pelo seu marketing que não convence a população. É um abandono total.

Denunciamos, também, durante esta semana, as viaturas da PM trabalharem com, apenas, R\$ 26,00 de combustível para rodar parte do Subúrbio, por exemplo. E, aí, vai o comando da PM e diz que não R\$ 26,00, mas R\$ 38,00! Vejam, são R\$ 8,00 a mais para uma viatura. São R\$ 38,00 para uma viatura rodar e fazer a segurança da população.

No interior, a situação é mais crítica ainda. Os números da violência no interior beiram ao absurdo. Não vemos a Bancada do PT se posicionar assim como não vemos o governo se posicionar onde pessoas inocentes têm perdido suas vidas.

Temos números alarmantes! Assaltos a banco, hoje, ultrapassam números absurdos. Neste ano, são mais de 120 investidas contra bancos: entre explosões e assaltos.

Tivemos duas pessoas, um gerente de um banco e o segurança, colocadas em cima do capô de um carro depois de um assalto em Conde. Também, não houve nenhuma resposta do governo! Estamos vendo a ineficácia e a incompetência na área da segurança pública no Estado da Bahia.

No bairro de Cajazeiras, temos policiais militares como verdadeiros heróis. A segunda maior cidade da Bahia, se assim podemos considerar, é a região de Cajazeiras com 800 mil habitantes. Este número é superior ao número de habitantes em Feira de Santana. Só temos 158 policiais militares que tomam conta daquela cidade. E eles são verdadeiros heróis.

Esperamos que este governo trate os policiais militares e o Corpo de Bombeiros da Bahia com todo o respeito e não pratique o que está fazendo. Reativem, de vez, o quartel do Corpo de Bombeiros da Barroquinha, porque a obra está, lá, pronta. E os policiais militares estão no posto da Calçada em uma situação, extremamente, deplorável.

Então, esperamos que o governo se sensibilize e se torne responsável. Não façam a mesma prática do governo anterior de mentiras e de propagandas enganosas para a população que não suporta mais.

Em um acidente acontecido no Barro Branco, pessoas tiveram suas vidas ceifadas. Vi membros do governo chegarem aqui e criticarem o atual prefeito de Salvador. Só que aqueles mesmos bombeiros, que estavam ali salvando vidas, estão lá em condições insalubres.

O bombeiro da cidade de Barreiras, onde o governador também inaugurou um prédio há dois anos, está em situação deplorável, pois o prédio da corporação está caindo e está condenado. Nem os militares do Corpo de Bombeiros frequentam mais tal unidade. Digo isso para os senhores verem as condições das unidades do

bombeiros e dos policiais militares.

E vemos um governo inerte com a propaganda apenas.

Então, temos de acabar com esta situação e mudar esta realidade na Bahia.

Envio um abraço para meu amigo Zelito Miranda. Gostaria de dizer que conte comigo e conte com meu voto.

Eu estou com o forró da Bahia e com a cultura de nosso povo baiano.

Muito obrigado a todos vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, prorrogo a presente sessão ordinária pelo tempo máximo de 60 minutos.

Os Srs. Deputados que aprovam a prorrogação permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero saudar todos os forrozeiros presentes em nossa Casa e, ao mesmo tempo, parabenizar esta Casa pela justiça que está sendo feita, hoje, com a cultura do nosso Estado.

Sr^{as} e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna, hoje, é o assunto da segurança pública. O deputado Prisco já falava aqui desta tribuna sobre a desordem que acontece na segurança pública do nosso Estado. Lamentavelmente, deputado Prisco, temos visto a sociedade baiana refém da bandidagem em nosso Estado.

Há, menos de 2 meses, tivemos, como V.Ex^a colocou aqui, a rebelião com 9 mortos, repito, 9 mortos em Feira de Santana. E um deputado do governo subiu a esta tribuna e disse que o presídio de Feira de Santana tem 1.400 detentos. Desses, 1.000 internos estão, lá, sem julgamento.

Então, deputado Rosemberg Pinto, de quem é esta inoperância a não ser do governo do Estado e do governo federal, ambos ligados ao PT?

Há outra coisa muito importante. A ex-vereadora de Camaçari e atual deputada estadual diz que está tudo bem em nosso Estado.

E não está nada bem! Tivemos um motim, deputado Prisco, lá no Presídio Regional de Paulo Afonso. Ligamos para lá a fim de averiguar. E o comandante disse que não, pois o rapaz é doente mental e acha que o mesmo foi morto.

Na verdade, os presídios têm sido um lugar de muita e de extrema violência em nosso Estado.

As notícias ruins não param de aparecer, deputada! Na cidade de V.Ex^a, deputada Luiza Maia, lá em Camaçari, tivemos 25 presos fugidos da delegacia de polícia. Isso está estampado no jornal de hoje. Repito, 25 presos fugiram da delegacia.

E, Sr. Presidente, como colocou o deputado Prisco, ainda me vem a notícia de que mais 4 pessoas foram mortas! Pasmem! Deputado Prisco, o fato aconteceu ao lado da Base Comunitária de Segurança dos policiais. Isso é uma afronta ao Estado, repito, é uma afronta ao Estado! Os bandidos estão dizendo: “Neste Estado não tem segurança pública. Nós estamos mandando neste Estado.” Por isso, o cidadão de bem, hoje, é refém, pois tem de voltar para casa cedo, tem de se preocupar na hora de sair de casa e na hora de voltar para casa.

Há outra coisa, deputada Maria del Carmen. O deputado federal Pellegrino foi infeliz ao dizer que o Pelourinho é o lugar mais seguro de Salvador. Ora, quando o Pelourinho, deputado Prisco, for o lugar mais seguro desta cidade, eu poderei levar minha família e caminhar por lá. Olha, deixem-me em paz! Vejam, como se poder dizer que o Pelourinho é, exatamente, um lugar da nossa cidade que...

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a Maria del Carmen:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Concederei o aparte, porque sei que V.Ex^a, deputado Euclides Fernandes, fará a defesa do seu secretário.

Com o aparte o deputado Euclides Fernandes.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Sidelvan, eu pedi o aparte primeiro!

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Ex^a é um deputado equilibrado e de bom senso. Tive a oportunidade de ser deputado, juntamente como V.Ex^a, na legislatura passada, e eu estou estranhando, Excelência, esse não é o modo operacional de V.Ex^a, criticar por criticar, sem uma análise mais profunda.

O que eu digo a V.Ex^a é que a Bahia sabe, todos os baianos sabem que a violência, a criminalidade não é exclusiva apenas da Bahia, todo o nosso Brasil está com esse transtorno na sociedade.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Para concluir, deputado.

O Sr. Euclides Fernandes:- Pois não, Excelência. Mas, quero dizer a V.Ex^a que o governador Rui Costa tem se esforçado, tem trabalhado para melhorar a segurança pública do Estado da Bahia.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Deputado, eu sei do esforço que o nobre colega, o deputado Nestor Duarte, tem feito. Mas, precisa ter apoio do governador Rui Costa.

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Ex^a me permite eu concluir?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Para que eu possa concluir a minha fala, Sr. Presidente, eu gostaria de conceder um aparte à nobre colega Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Para concluir.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado, eu quero apenas lembrar que quem é responsável pelo julgamento é a Justiça. Não pode querer culpar o governo do Estado ou o governo federal pelo julgamento de presos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Obrigada, deputada.

Concluindo a minha fala, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao nosso Secretário da Segurança Pública, ao governador do Estado para que cuidem do nosso Estado e não deixem o nosso Estado nas mãos dos bandidos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará pelo tempo de 5 minutos a deputada Luiza Maia e 7 minutos o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Forrozeiros, meus artistas queridos que ocupam essas galerias que vivem tão esvaziadas nesta Casa. É uma alegria tê-los aqui, hoje, nesta sessão para debater o projeto mais importante, que eu acho para o Estado da Bahia, aqui, nesse momento.

Quero lembrar, Sr. Presidente, caros senhores, que em maio de 2012 apresentei esse projeto, obviamente com um conteúdo um pouco diferente, e ficou encalhado aí por 3 anos na Comissão de Constituição e Justiça.

Por isso quero parabenizar o presidente, os dois Líderes, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, também o deputado Leur Lomanto, que é membro da Mesa Diretora desta Casa, por terem chamado para eles e tomado essa iniciativa, para que resolvêssemos todos os problemas, dispensasse as formalidades regimentais, para que hoje esse projeto saia daqui aprovado. E quero dizer a vocês que se não fosse também Zelito, inclusive, que comandou, e Del Feliz, aquela reunião com o presidente, talvez não fosse aprovado ainda hoje. Então, mostrar que a força e que a disposição dos nossos grupos sociais é importante aqui, para que esta Casa também dê uma revigorada e aprove mais projetos de deputados.

Eu jurei que toda vez que eu subisse nesta Tribuna eu ia pedir ao presidente que aprovasse os nossos projetos, porque aqui tem essa cultura, projeto de deputado não se aprova, apesar da disposição do presidente e de já ter criado, inclusive, uma comissão para receber esses projetos e acelerar esse processo.

Mas, quero dizer a vocês da minha alegria, da minha satisfação, independente do projeto, hoje, ter mais quatro assinaturas ou cinco, porque tomei essa iniciativa, a pedido, inclusive, de vocês que foram sempre meus parceiros. Lembro-me quando fizemos a sessão em homenagem a Luiz Gonzaga, quando apresentei a Lei Antibaixaria, a colaboração da grande maioria de vocês aí, me ajudando nesse debate, nessa discussão. Por isso conseguimos aprovar uma lei importante.

Eu quero agora, também, fazer um apelo a vocês, assim como nós estamos apoiando esse projeto e essa luta de vocês, queria que vocês, nos contatos que fazem com o nosso governo, pedissem que regulamentassem a Lei Antibaixaria, porque já vimos no último Carnaval um retrocesso em relação a isso.

Vamos aprovar essa lei, valorizar a nossa cultura é isso, é realmente apoiar. Porque a valorização depende do seu cachê também. A gente vê aqui que os artistas locais recebem um cachezinho e as grandes atrações de fora vêm para cá, saem com muita grana e isso não é justo e correto. (Palmas) Desde o primeiro momento vocês têm aqui uma parceira nessa batalha e nessa luta. Vamos continuar juntos, tenho certeza.

Estou vendo aqui um zunzunzum em relação à aprovação hoje, mas acho que a nossa pressão e com o apoio do presidente da comissão, não tenho a menor dúvida de que sairemos daqui com esse projeto aprovado.

Parabéns a vocês, parabéns a esta Casa, a todos os deputados que acredito votarão, hoje, acredito, corajosamente essa lei.

Um abraço e muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, meus queridos amigos que fazem a cultura da Bahia se valorizar, imprensa, servidores da Casa, queria dizer que durante esta sessão eu queria apenas levantar duas questões. Houve, aqui, um questionamento, deputado Vítor, em relação à questão do Detran. Queria lembrar, para fazer justiça, o pronunciamento do deputado Robinho, ontem, que levantou essa questão. Hoje conversamos com o diretor-geral do Detran e amanhã ele estará, aqui, às 10h30min, numa reunião com os Srs. Deputados que se quiserem fazer presentes, para esclarecer com relação à utilização do Art. 22 para essas vistorias anuais. Na realidade, não foi da gestão dele, mas da anterior, que regulamentou essa questão.

Queria também dizer, deputado Prisco, que tenho uma preocupação, como o governador Rui Costa, com relação à Segurança Pública e os policiais. A cada momento novos servidores policiais militares ou civis estão sendo chamados pelo governo do Estado para melhorar a segurança. Mas, é lógico que o aumento da violência não pode ser tratado unicamente com o aumento de policial. O aumento de policial é uma das atividades. Às vezes nas situações bancárias não é valorizada a defesa do patrimônio dos caixas eletrônicos, porque é mais barato para eles utilizar os serviços terceirizados da própria Polícia Militar. Isso obviamente tira dessas áreas a possibilidade desses servidores atuarem em outra.

Por isso estamos trabalhando no sentido de que os bancos, que ganham muito dinheiro, possam fazer a segurança desses patrimônios. Assim, evitaríamos que saíssem policiais para outras atividades.

Mas eu queria hoje dialogar, aqui, com os meus queridos amigos e amigas que fazem a cultura da Bahia. Queria saudar o nosso querido Zelito que está coordenando e fez contato com todos os Srs. Deputados, além de saudar também a todos os outros

interessados na questão e saudar meu querido amigo Bule Bule. Na realidade, quando o presidente Marcelo Nilo foi chamado por esse grupo de fazedores da cultura baiana para aprovar esse projeto, houve uma dificuldade. E aí ocorreu o discurso do deputado Paulo Rangel que não está presente, mas mandou que eu falasse. Em função do acordo que foi feito e de que esse projeto é um projeto exatamente, testado pelo Estado de Pernambuco, que ele também faz parte da votação para que se aprove esse projeto com todos os posicionamentos das diversas colorações partidárias.

Deputado Vítor, eu entendo e quero respeitar o posicionamento de V.Ex^a, mas no projeto tivemos o cuidado de não segregá-lo apenas a um segmento cultural. Estariam preservados todos os segmentos culturais do Estado da Bahia, conforme também foi valorizado em Pernambuco e que não criou nenhum tipo de restrição para outros artistas de outros estados, mas obviamente cria uma possibilidade da valorização da cultura local. E nós da Bahia estamos trabalhando nessa questão da valorização da cultura baiana.

A deputada Maria del Carmen foi uma das pessoas que levou para a nossa bancada esse debate; o deputado Joseildo Ramos rearrumou o projeto, teve o trabalho; a deputada Luiza Maia desde o início está nessas questões, mas eu quero valorizar os deputados Sandro Régis e Luciano Ribeiro que na discussão conosco e com o deputado Zé Neto toparam tirar todas as formalidades, a pedido do presidente da Casa, para que votássemos hoje de forma consensual.

Quero chamar todos os deputados para que votemos nesse projeto como demonstração dessa Casa de valorização da cultura baiana do ponto de vista da valorização dos seus profissionais.

Por isso eu quero encerrar este pronunciamento dizendo aqui, como falou Zé Dantas, que não é só o homem que escreveu Vozes da Seca, meu querido Zelito, mas que dizia o seguinte, eu acho que é um pouco do que queremos aqui. Ninguém quer esmola, queremos ser reconhecidos e ter a valorização que o trabalho merece. Ele dizia: (O deputado canta a música Vozes da Seca.) “Seu doutô os nordestino têm muita gratidão / Pelo auxílio dos sulistas nessa seca do sertão / Mas doutô uma esmola a um homem qui é são / Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão / É por isso que pedimos proteção a vosmicê / Home pur nós escuído para as rédias do pudê / Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê / Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê.” (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Por isso, vamos votar pela valorização da cultura baiana. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do dia.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho aí.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:-Presidente, eu também quero dizer, V.Ex^a é testemunha, que a Bancada da Oposição também esteve a todo o momento trabalhando para que esse projeto fosse votado hoje. Porque esse projeto tem V.Ex^a na presidência como grande articulador, mas tanto a Bancada da Oposição como a Bancada do Governo trabalharam juntas para que a Assembleia pudesse votar esse importante projeto hoje para a Bahia.(Palmas)

O Sr. Robinho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem para o meu querido amigo Robinho, o último orador.

O Sr. Robinho:- Sr. Presidente, eu acho interessante que um deputado não pode concorrer com os artistas. (Risos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Srs. Deputados, vejam o seguinte: nós vamos votar agora o projeto popularmente conhecido como “Os Forrozeiros”. E, se for aprovado, eu vou suspender a sessão por 5 ou 10 minutos para ouvirmos Del Feliz e Zelito Miranda em nome de todos os forrozeiros, depois da votação. Todos os forrozeiros vão poder entrar no plenário.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho. Se for aprovado, eu vou permitir que todos vocês forrozeiros entrem aqui no plenário. Zelito Miranda, Del Feliz e outros que quiserem, no máximo três, e uma mulher também. Tem uma forrozeira aí? Vamos fazer o seguinte: três ou quatro, no máximo, se o projeto for aprovado, porque temos que prosseguir com a sessão.

Projeto de lei de proposição dos deputados Sandro Régis, Zé Neto, Joseildo Ramos, Luiza Maia e Leur Lomanto Júnior. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Serviço Público, Ciências e Tecnologia, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado Rosemberg Pinto para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Projeto de lei nº 21.334/2015, que determina percentual de contratação de artistas que expressam a cultura baiana e regional nos eventos culturais, shows e festejos realizados pelos entes públicos com verbas oriundas do Estado da Bahia.

(Lê) “Art. 1º Fica determinado que a contratação de artistas e conjuntos

musicais, para eventos culturais, shows e festejos realizados pelos entes públicos, com verbas oriundas do Estado da Bahia, deve obedecer a percentual mínimo de 60% de profissionais que expressam e valorizam a cultura baiana.

Art. 2º Fica determinado que os convênios firmados entre o Poder Executivo do Estado da Bahia e os municípios para realização dessas atividades culturais devem obedecer ao mesmo percentual estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo único. Os eventos com temática específica poderão, desde que comprovado seus objetivos, contratar com o percentual inferior determinado nesta Lei, exceto nos grandes eventos de expressão da nossa cultura local e regional, como São João, Carnaval e festejos religiosos.

Art. 3º Para fins de valorização da nossa identidade, fica determinado que, nos festejos típicos de grande expressão cultural, como São João e Carnaval, 60% das contratações dos entes públicos com verbas oriundas do Estado da Bahia devem ser de artistas e grupos que preservem as características culturais específicas de cada festa.

Art. 4º Para efeito desta Lei são consideradas expressões da cultura baiana e regional toda e qualquer manifestação artística consagrada historicamente pelo povo baiano, seja na literatura, culinária e música, a exemplo do samba, samba de roda, cantoria, axé, bumba-meu-boi, frevo, capoeira, afoxé, forró, repente, dentre outras, reconhecidas pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb).

Art. 5º O Poder Público regulamentará esta Lei no que couber no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Ficam excluídos do disposto nesta Lei os contratos celebrados até a data de sua promulgação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Com isso, deputado Marcelo Nilo, analisando o projeto, de posse da dispensa das formalidades dos Líderes da Maioria e Minoria, e estando ele dentro da regra legal da constitucionalidade, o parecer é pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou colocar em votação no âmbito das comissões, depois em Plenário. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

Agora vou colocar em votação no Plenário.

Em votação em primeiro turno o projeto de lei nº 21.334/2015, que determina percentual de contratação de artistas que expressam a cultura baiana e regional nos eventos culturais, shows e festejos realizados pelos entes públicos com verbas oriundas do Estado da Bahia.

Em votação. Antes de anunciar o resultado, gostaria muito de agradecer ao

deputado Zé Neto, ao deputado Sandro Régis, ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Joseildo Ramos, a deputada Luiza Maia, que participou da elaboração do projeto, e ao deputado Leur Lomanto Junior, que foram os autores.

Mas gostaria, no fundo do meu coração, de agradecer aos 63 deputados. Esse é um projeto de interesse da cultura da Bahia. A maior festa popular da Bahia não é o Carnaval, a maior festa popular da Bahia é o forró, é o São João, Santo Antônio e São Pedro. (Palmas)

Antes de anunciar o resultado, gostaria muito de agradecer a todos os forrozeiros aqui presentes, mas queria destacar três que mais me solicitaram. São cantores internacionais e que, inclusive, não necessitam desse projeto. Têm agenda marcada em diversos países da Europa e dos Estados Unidos. Portanto, gostaria muito de agradecer a todos que estão presentes, mas, especialmente, aos forrozeiros Del Feliz, Zelito Miranda e Adelmário Coelho, que foram os forrozeiros que mais solicitaram essa luta, inclusive são pessoas que não necessitam, repito, desse projeto pois já têm uma história, uma experiência e nome internacional. Nas pessoas deles, gostaria de agradecer a presença de todos.

Vou anunciar o resultado. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. O projeto está aprovado à unanimidade e irá à sanção do Sr. Governador Rui Costa.

PROJETO DE LEI Nº 21.334/2015

Determina percentual de contratação de artistas que expressem a cultura baiana e regional nos eventos culturais, shows e festejos realizados pelos entes públicos com verbas oriundas do Estado da Bahia.

Art. 1º – Fica determinado que a contratação de artistas e conjuntos musicais, para eventos culturais, shows e festejos realizados pelos entes públicos com verbas oriundas do Estado da Bahia, deve obedecer a percentual mínimo de 60% de profissionais que expressem e valorizam a cultura baiana.

Art. 2º - Fica determinado que os convênios firmados entre o Poder Executivo do Estado da Bahia e os municípios para realização dessas atividades culturais devem obedecer ao mesmo percentual estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo Único – Os eventos com temática específica poderão, desde que comprovado seus objetivos, contratar com o percentual inferior determinado nesta Lei, exceto nos grandes eventos de expressão da nossa cultura local e regional, como São João, Carnaval e festejos religiosos.

Art. 3º - Para fins de valorização da nossa identidade, fica determinado que, nos festejos típicos de grande expressão cultural, como São João e Carnaval, 60% das contratações dos entes públicos com verbas oriundas do Estado da Bahia devem ser de artistas e grupos que preservem as características culturais específicas de cada festa.

Art. 4º – Para efeito desta lei são consideradas expressões da cultura baiana e regional toda e qualquer manifestação artística consagrada historicamente pelo povo baiano, seja na literatura, culinária e música, a exemplo do samba, samba de roda, cantoria, axé, bumba-meu-boi, frevo, capoeira, afoxé, forró, repente, dentre outras, reconhecidas pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB).

Art. 5º – O Poder Público regulamentará esta Lei no que couber no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º - Ficam excluídos do disposto nesta Lei os contratos celebrados até a data de sua promulgação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2015.

Deputado Sandro Régis -Líder da Oposição,
Deputado Zé Neto -Líder da Maioria
Deputado Joseildo Ramos (PT)
Deputada Luiza Maia (PT)
Deputado Leur Lomanto Jr. (PMDB)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou suspender a sessão por 10 minutos para que vocês possam vir aqui ao Plenário tocar músicas.

(Os músicos cantam Asa Branca.)

Gostaria de convidar Del Feliz, Zelito Miranda, Bule-Bule, Nininho do Acordeon para que toquem. Primeiro, cada um vai dar uma canja aqui no Plenário. Primeiro vamos ouvir Del Feliz. Tragam uma sanfona, por favor.

Será Bule-Bule o primeiro? Vamos ouvir, então, Bule-Bule.

(Apresentação do repentista Bule-Bule.)

O Sr. Del Feliz:- Eu quero pedir um segundo para dizer o seguinte: obviamente que não quero assumir autoridade alguma, nem me sentir maior, um centímetro que seja, um milímetro que qualquer um deles, mas, em nome de todos os forrozeiros,

principalmente aquele mais simples, que carrega a nossa bandeira da cultura o ano inteiro com muita paixão, com muita verdade, quero agradecer a cada um dos deputados, a cada uma das pessoas que foram sensíveis a esse nosso pleito, que é legítimo, em defesa da nossa cultura baiana. A nossa maior representação cultural está no São João, nossa maior festa, que agrega da criança ao mais velho.

Tenho certeza que toda a Bahia e todo o Nordeste ficam muito orgulhosos com qualquer tipo de defesa da nossa cultura. Tive a honra de receber algumas dezenas de títulos de cidadania por um projeto em que conto a história das cidades através da música, e fiz o Hino do São João da Bahia, que canto em três línguas. Quero dizer só um trequinho dele, que diz assim...

(O orador canta o Hino do São João da Bahia.)

Valeu gente, muito obrigado.

O Sr. Zelito Miranda:- Pessoal, deixe-me falar uma coisa rapidinho. Quero lembrar que Adelmário Coelho é uma peça muito importante nesse projeto nosso, surgido quando estávamos fazendo um projeto para New York, para a Lavagem da 46. Conversando com o pessoal de Pernambuco tivemos a informação de que essa lei já existia lá e dissemos: que tal aplicarmos isso na Bahia. Eu, Del e Adelmário conversamos muito sobre isso, conversamos com alguns colegas e isso foi-se estendendo. Por um tempo ficou meio esquecido, foi avivado agora, lembrado recentemente, e nas mãos do nosso presidente Marcelo Nilo, que soube... Quero uma salva de palmas (Palmas) imensa para Marcelo Nilo, as Lideranças, Sandro Régis e Zé Neto, e todas as pessoas, os deputados que votaram e apoiaram. É uma coisa muito bacana ver a cultura nordestina chegando à Cidade de Salvador, chegando ao Estado da Bahia, normatizada e com ferramenta para ser pensada de uma forma bacana.

Neste momento, os forrozeiros agradecem a todos vocês, e que tenham um belíssimo São João. Quando se fala em São João, vamos pensar no velho Luiz Gonzaga e vamos tocar o nosso Riacho do Navio. Bom São João.

(Apresentação musical.)

O Sr. Carlos Pita:- Quero dizer uma coisa muito importante para vocês. A verdade sempre deve ser colocada. Fui a pessoa que trouxe esse projeto para a deputada Luiza Maia, que é testemunha, quando ninguém sonhava fazer esse projeto que beneficia os artistas. Por que isso? Porque eu, como artista, emprego 19 pessoas que, multiplicadas pelas famílias, chegam a 100 pessoas.

Nós, artistas, somos fatores de economia criativa de emprego e renda. E esse emprego e renda têm que ser garantidos para a Bahia. A Bahia é nossa terra, é aqui que vivemos e temos que gerar emprego e renda para a nossa população.

Não quer dizer que fecharemos a porta para o Brasil e para o mundo. Mas temos que pensar primeiro no pão para as pessoas que estão ao nosso lado.

Parabéns aos deputados! Vocês hoje mostraram a defesa real da economia criativa!

Parabéns a todos vocês! Viva o forró da Bahia!

(Apresentação musical.) (Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Há um projeto do deputado Luciano Ribeiro que determina a instalação de equipamentos e construção de acesso nas áreas internas e externas dos prédios da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para atender a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Direitos Humanos e Segurança Pública, Comissão Diretora, Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (Lê) *“Parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 2.333/2015, de autoria do Deputado Luciano Ribeiro, o qual 'determina a instalação de equipamentos e construção de acesso nas áreas internas e externas da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, para atender a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida'.*

Através do projeto que ora venho relatar, propõe o Deputado Luciano Ribeiro a instalação de equipamentos e construção de acessos para facilitar a mobilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Trata-se de matéria grandemente meritória, para a qual propomos aprovação no âmbito da Mesa Diretora e do Plenário, apresentando, porém, na condição de Relator pela Mesa Diretora, as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 1:

Suprimam-se os arts. 7º e 8º do Projeto de Resolução nº 2.333/2015, renumerando-se para art. 7º o atual art. 9º.

Emenda de Relator nº 2:

Justificativa: os artigos cuja supressão é proposta versam sobre dotação orçamentária e prazo de execução, o que entende este Relator que deve caber à Mesa Diretora, na forma que dispõe o Regimento Interno da Assembleia.

O art. 7º do Projeto de Resolução nº 2.333/2015, renumerado em face da emenda anterior, passa a ter a seguinte redação:

'Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

Justificativa: a alteração da data de vigência permitirá à Administração da Assembleia promover as adaptações necessárias à sua implementação.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com as modificações propostas pelas Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do nobre deputado Zé Raimundo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, por unanimidade, o projeto do deputado Luciano Ribeiro.

Em votação no Plenário o Projeto de Resolução 2.333/2015, do deputado Luciano Ribeiro.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.333/2015 por unanimidade. **(Publicado no DL em 30/05/2015)**

O projeto irá para sanção de S. Ex^a o governo Rui Costa.

O próximo projeto é do deputado Adolfo Menezes e leva o número 21.331/2015, que atualiza os limites entre os municípios de Planalto com Caatiba e Planalto com Barra do Choça, regulamentados pelas Leis 12.564/2012 e 12.565/2012.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação.

Designo o deputado Rosemberg Pinto para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Rosemberg Pinto para relatar a matéria.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Passo a ler o parecer das comissões.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça e Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação, ao Projeto de Lei nº 21.331/2015 de Autoria do Deputado Adolfo Menezes, o qual Atualiza, na forma da Lei Nº 12.057/2011, os limites entre os municípios de Caatiba, Planalto e Barra do Choça, regulamentados pelas leis 12.564/2012 e 12.565/2012.*

Cabe-me, por designação do Exmº Sr. Presidente da Sessão, relatar o Projeto de Lei nº 21.331/2015 de autoria do Deputado Adolfo Menezes, que atualiza os limites entre os municípios de Caatiba, Planalto e Barra do Choça, regulamentados pelas leis 12.564/2012 e 12.565/2012.

A atualização dos Limites Intermunicipais da Bahia constitui-se num complexo processo de interação entre os poderes executivos e legislativo, visando ao estabelecimento da modernidade no sistema político-administrativo do Estado, com reflexos altamente positivos em relação ao exercício pleno da cidadania por todos os baianos, inclusive aqueles que habitam às áreas mais longínquas das sedes do poder. Em decorrência desta complexidade em compatibilizar interesses nem sempre convergentes, procura-se obter o acordo entre os municípios confrontantes como forma de garantir a segurança jurídica deste importantíssimo trabalho, diante do

interesse e da necessidade de aprovação, o mais rápido possível, das atualizações dos limites municipais.

Cumpra destacar-se que esse projeto de Atualização dos Limites Municipais da Bahia, constitui-se num marco no campo político-administrativo, através dos critérios de justiça e modernidade aplicados no estabelecimento do efetivo contrato social existente entre as comunas do Estado.

A proposição vem atender uma premente necessidade do nosso Estado, uma vez que, a Bahia experimentou um intenso processo de emancipações municipais nos últimos 62 anos, passando de um total de 150 municípios em 1953, data da edição do Decreto 628, que versa sobre a divisão político-administrativa do Estado da Bahia para os atuais 417 municípios. Essa evolução, que engloba os aspectos sociais, econômicos, políticos e administrativos, não foi acompanhada pela revisão da legislação dos limites internunicipais do Estado, embora prevista no referido Decreto.

Indiscutivelmente, o processo de atualização dos limites intermunicipais levado a efeito na Bahia constitui-se num trabalho pioneiro de grandiosa importância do ponto de vista político-administrativo e social. No caso específico dos limites entre Planalto e Caatiba, como existisse um acordo prévio entre os dois municípios para definir a divisa entre os mesmos e que foi considerado como eficiente pelos gestores municipais à época da realização dos trabalhos de campo, foi mantido pela equipe técnica. Recentemente, sob a nova administração municipal, percebeu-se que as localidades de Peneiro, Jacinto e Alagoinhas que historicamente são administradas pelo município de Caatiba, ficaram conforme a lei 12.565/2012 para Planalto. Trabalhos de campo realizados com a participação dos dois alcaides municipais, confirmaram o desvio, ficando estabelecida a concordância de ambos no sentido da realização de um projeto de lei a ser submetido à Assembleia Legislativa da Bahia garantindo a localização das localidades supramencionadas no território de Caatiba.

Visando ao aperfeiçoamento do PL, e com a concordância dos gestores municipais de Caatiba, Planalto e Barra do Choça, apresento a seguinte emenda de relator:

EMENDA DE RELATOR Nº 1

Art. 1º: Os limites do município de CAATIBA com PLANALTO e BARRA DO CHOÇA, estabelecidos na forma da Lei nº 12.565 de 10 de janeiro de 2012, publicada no DO no dia 11/01/2012 passam a ter a seguinte redação em relação aos incisos I e V, §1º do art. 1º:

Art. 1º.....

§1º.....

I - Com o município de Planalto - começa no ponto mais alto da serra da Bela

Vista (coordenadas -14° 51' 13,55"; -40° 24' 31,86"), segue pelo divisor de águas das sub-bacias dos rios Gandu e Cachoeira do Peixe até a foz do riacho da baixa da Fazenda Lucaia no riacho da Baixa da Fazenda Boa Vista (coordenadas -14° 52' 46,24"; -40° 22' 27,14"), continua por esse divisor até a foz do riacho da Baixa da Fazenda Peneiro no rio Cachoeira do Peixe (coordenadas -14° 54' 35,93"; -40° 20' 00,82"), segue pelo divisor de águas das sub-bacias do rio Cachoeira do Peixe e do rio São Bento até a foz do rio do Gado no rio São Bento (coordenadas -14° 56' 03,15" ; -40° 17' 37,80");

.....

V - Com o município de Barra do Choça - começa no ponto fronteiro à nascente do córrego do Pau D'Óleo (coordenadas -15° 02' 14,80"; -40° 32' 57,06"), daí em reta, sentido nordeste, ao ponto na estrada Bica da Serra-Alto do Cruzeiro, na localidade conhecida Curva de Dona Pomba (coordenadas -14° 58' 39,84"; -40° 30' 04,75"), daí em reta ao ponto mais alto da serra da Alagoinhas (coordenadas -14° 55' 14,30" ; -40° 26' 02,48").

Art. 2º: Os limites do município de PLANALTO com CAATIBA e BARRA DO CHOÇA, estabelecidos na forma da Lei nº 12.564 de 10 de janeiro de 2012, publicada no DO no dia 11/01/2012 passam a ter a seguinte redação em relação aos incisos III e IV, §19 do art. 1º:

Art. 1º.....

§ 19.....

.....

III - Com o município de Caatiba - começa na foz do rio do Gado no rio São Bento (coordenadas -14° 56' 03,15"; -40° 17' 37,80"), segue pelo divisor de águas das sub-bacias do rio Cachoeira do Peixe e do rio São Bento até a foz do riacho da Baixa da Fazenda Peneiro no rio Cachoeira do Peixe (coordenadas -14° 54' 35,93"; -40° 20' 00,82"), segue pelo divisor de águas das sub-bacias dos rios Gandu e Cabeceira do Peixe até a foz do riacho da Baixa da Fazenda Lucaia no riacho da Baixa da Fazenda Boa Vista (coordenadas -14° 52' 46,24"; -40° 22' 27,14"), continua por esse divisor de águas até o ponto mais alto da serra da Bela Vista (coordenadas -14° 51' 13,55"; -40° 24' 31,86");

IV - Com o município de Barra do Choça - começa no ponto mais alto da serra da Bela Vista (coordenadas -14° 51' 13,55"; -40° 24' 31,86"), daí em reta ao ponto na cancela da fazenda Dosa, sentido noroeste (coordenadas -14° 48' 26,03"; -40° 26' 38,99"), continua em reta até o ponto mais alto da serra do Taquaral (coordenadas -14° 45' 26,53"; -40° 31' 30,35");

Art. 3º: Os limites do município de BARRA DO CHOÇA com PLANALTO e CAATIBA estabelecidos na forma da Lei nº 12.564 de 10 de janeiro de 2012, publicada no DO no dia 11/01/2012 passam a ter a seguinte redação em relação ao inciso I e II do §3º do art. 1º, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º.....

§ 3º.....

I - Com o município de Planalto - começa no ponto mais alto da serra do Taquaral (coordenadas -14° 45' 26,53"; -40° 31' 30,35"), daí em reta, sentido sudeste, até o ponto na cancela da fazenda Dosa (coordenadas -14° 48' 26,03". -40° 26' 38,99"), daí em reta, sentido sudeste, até o ponto mais alto da serra da Bela Vista (coordenadas -14° 51' 13,55"; -40° 24' 31,86");

II - Com o município de Caatiba - começa no ponto mais alto da serra das Alagoinhas (coordenadas -14° 55' 14,30"; -40° 26' 02,48"), daí em reta, sentido sudoeste, até o ponto na estrada Bica da Serra-Alto do Cruzeiro, na localidade conhecida como Curva de Dona Pomba (coordenadas -14° 58' 39,84"; -40° 30' 04,75") ao ponto fronteiro à nascente do córrego Pau D'óleo (coordenadas -15° 02' 14,80"; -40° 32' 57,06").

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições legais e constitucionais que regem a matéria, opino pela sua aprovação."

Este é o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Rosemberg Pinto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado à unanimidade.

Em votação no Plenário.

Em votação no Plenário o projeto de lei nº 21.331/2015, de autoria do deputado Adolfo Menezes, que atualiza os limites entre os municípios da Caatiba, Planalto e Barra do Choça, regulamentados pela lei nº 12.564/2012 e 12.565/2012.

Em votação no Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa).
Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.331/2015

Atualiza os limites entre os municípios de Planalto com Caatiba e Planalto com Barra do Choça regulamentados pelas leis 12.564/2012 e 12.565/2012

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º Os limites do município de CAATIBA com PLANALTO e BARRA DO CHOÇA, estabelecidos na forma da Lei nº 12.565 de 10 de janeiro de 2012, publicada no DO no dia 11 de janeiro de 2012, passam a ter a seguinte redação em relação aos incisos I e V, §1º do art. 1º:

Art. 1º

§1º

I - Com o município de Planalto - começa no ponto mais alto da serra da Bela Vista (coordenadas -14° 51' 13,55"; -40° 24' 31,86"), segue pelo divisor de águas das sub-bacias dos rios Gandu e Cachoeira do Peixe até a foz do riacho da baixa da Fazenda Lucaia no riacho da Baixa da Fazenda Boa Vista (coordenadas -14° 52' 46,24"; -40° 22' 27,14"), continua por esse divisor até a foz do riacho da Baixa da Fazenda Peneiro no rio Cachoeira do Peixe (coordenadas -14° 54' 35,93"; -40° 20' 00,82"), segue pelo divisor de águas das sub-bacias do rio Cachoeira do Peixe e do rio São Bento até a foz do rio do Gado no rio São Bento (coordenadas -14° 56' 03,15"; -40° 17' 37,80");

.....

V - Com o município de Barra do Choça - começa no ponto fronteiro à nascente do córrego do Pau D'Óleo (coordenadas -15° 02' 14,80"; -40° 32' 57,06"), daí em reta, sentido nordeste, ao ponto na estrada Bica da Serra - Alto do Cruzeiro, na localidade conhecida como Curva de Dona Pomba (coordenadas -14° 58' 39,84"; -40° 30' 04,75"), daí em reta ao ponto mais alto da serra da Alagoinhas (coordenadas -14° 55' 14,30"; -40° 26' 02,48").

Art. 2º Os limites do município de PLANALTO com CAATIBA e BARRA DO CHOÇA, estabelecidos na forma da Lei nº 12.564 de 10 de janeiro de 2012, publicada no DO no dia 11 de janeiro de 2012 passam a ter a seguinte redação em relação aos incisos III e IV, §19, do art. 1º:

Art. 1º

§ 19

.....

III - Com o município de Caatiba - começa na foz do rio do Gado no rio São Bento (coordenadas -14° 56' 03,15"; -40° 17' 37,80"), segue pelo divisor de águas das sub-bacias do rio Cachoeira do Peixe e do rio São Bento até a foz do riacho da Baixa da Fazenda Peneiro no rio Cachoeira do Peixe (coordenadas -14° 54' 35,93"; -40° 20' 00,82"), segue pelo divisor de águas das sub-bacias dos rios Gandu e Cabeceira do Peixe até a foz do riacho da Baixa da Fazenda Lucaia no riacho da Baixa da Fazenda Boa Vista (coordenadas -14° 52' 46,24"; -40° 22' 27,14"), continua por esse divisor de águas até o ponto mais alto da serra da Bela Vista (coordenadas -14° 51' 13,55"; -40° 24' 31,86");

IV - Com o município de Barra do Choça - começa no ponto mais alto da serra da Bela Vista (coordenadas -14° 51' 13,55"; -40° 24' 31,86"), daí em reta ao ponto na cancela da fazenda Dosa, sentido noroeste (coordenadas -14° 48' 26,03"; -40° 26' 38,99"), continua em reta até o ponto mais alto da serra do Taquaral (coordenadas -14° 45' 26,53"; -40° 31' 30,35").

Art. 3º Os limites do município de BARRA DO CHOÇA com PLANALTO e CAATIBA, estabelecidos na forma da Lei nº 12.564 de 10 de janeiro de 2012, publicada no DO no dia 11 de janeiro de 2012 passam a ter a seguinte redação em relação aos incisos I e II do § 3º do art. 1º, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º.....

§ 3º

I - Com o município de Planalto - começa no ponto mais alto da serra do Taquaral (coordenadas -14° 45' 26,53"; -40° 31' 30,35"), daí em reta, sentido sudeste, até o ponto na cancela da fazenda Dosa (coordenadas -14° 48' 26,03"; -40° 26' 38,99"), daí em reta, sentido sudeste, até o ponto mais alto da serra da Bela Vista (coordenadas -14° 51' 13,55"; -40° 24' 31,86");

II - Com o município de Caatiba - começa no ponto mais alto da serra das Alagoinhas (coordenadas -14° 55' 14,30"; -40° 26' 02,48"), daí em reta, sentido sudoeste, até o ponto na estrada Bica da Serra - Alto do Cruzeiro, na localidade conhecida como Curva de Dona Pomba (coordenadas -14° 58' 39,84"; -40° 30' 04,75"), ao ponto fronteiroço à nascente do córrego Pau D'Óleo (coordenadas -15° 02' 14,80"; -40° 32' 57,06").

Art. 4º Ficam aprovados os mapas anexos, representativos dos municípios a que se refere o artigo 1º desta Lei, segundo o memorial descritivo constante do mesmo artigo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2015.

Deputado ROSEMBERG PINTO

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo é o projeto Poder Executivo que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder – a doar área de terra ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR – para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo a deputada a deputada Maria del Carmen para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo a deputada a deputada Maria del Carmen para relatar o parecer ao mencionado projeto de lei em tela.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Passo a ler o parecer ao projeto de lei nº 21.204/2015.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.204/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER a doar área de terra ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica”.*

Através do projeto que ora venho relatar pretende, o Poder Executivo, obter desta Casa a necessária autorização para permitir à CONDER proceder a doação de imóvel público ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

A referida área está localizada no Bairro Caji, no Município de Lauro de Freitas, e mede 20.000,97m², sendo destinada à construção 'de empreendimento habitacional composto de 200 (duzentas) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Federal 'Minha Casa, Minha Vida', conforme estabelece o art. 2º da proposição.

Trata-se, portanto, de medida de inquestionável interesse social, na medida em que o terreno objeto da doação será destinado à construção de habitações para a população de baixa renda, ressaltando-se ainda que o empreendimento 'se insere numa iniciativa piloto de construção ambiental de interesse social sustentável...'” – é o segundo projeto com essa característica no Brasil. O primeiro foi no Rio, e o segundo, aqui, na Bahia – “(...) 'através do atendimento aos parâmetros de conforto

ambiental e eficiência energética observando a norma de desempenho de edificações NBR. 15.575, a Etiqueta de Eficiência Energética de Edificações Residenciais PROCEL/INMETRO e, ainda, parâmetros de sustentabilidade, a exemplo de reaproveitamento de água de chuva, reuso de materiais, dentre outros', segundo especifica o parágrafo único do citado art. 2º..."

Esse projeto é modelo, Sr. Presidente, tem todas as características de um projeto diferenciado. Está sendo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com a supervisão do Ministério das Cidades e da Eletrobrás, que, inclusive, aportará recursos para a realização desse empreendimento. E ele tem área já destinada, que poderá servir de modelo para a realização de outros empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, garantindo a diferença a partir desse projeto para outros destinados à área de habitação e interesse social.

"(...) O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões o parecer da nobre deputada Maria del Carmen. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei nº 21.204/2015, de autoria do Poder Executivo, que permite à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado conceder e doar áreas de terras e arrendamento, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade dos presentes.

PROJETO DE LEI Nº 21.204/2015

Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER a doar área de terra ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER autorizada a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR uma área de terra medindo 20.000,97m², a ser desmembrada da maior porção de terra intitulada gleba 5, localizada na Rua Djanira Bastos, Bairro do Caji, no Município de Lauro de Freitas, registrada sob o número de matrícula 14.302 perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lauro de Freitas - Bahia.

Parágrafo único - A descrição e as coordenadas da área de terra a ser doada são as constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - A área de terra descrita no *caput* do art. 1º desta Lei destina-se à construção de empreendimento habitacional composto de 200 (duzentas) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”.

Parágrafo único - O empreendimento habitacional de que trata este artigo se insere numa iniciativa piloto de construção de habitação de interesse social sustentável, através do atendimento aos parâmetros de conforto ambiental e eficiência energética, observando a norma de desempenho de edificações NBR 15.575, a Etiqueta de Eficiência Energética de Edificações Residenciais PROCEL/INMETRO e, ainda, parâmetros de sustentabilidade, a exemplo de aproveitamento de água da chuva, reuso de materiais, dentre outros.

Art. 3º - O não cumprimento da finalidade prevista no art. 2º desta Lei, no prazo de 03 (três) anos a partir da efetivação da doação, ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, importará em reversão automática da área ao patrimônio da CONDER, conforme o caso.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

MEMORIAL DESCRITIVO

Localização: Rua Djanira Bastos, Bairro do Caji

Município: Lauro de Freitas - Bahia

Proprietário: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER

Área = 20.000,97m²

Perímetro = 675,74m

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Partindo-se do ponto V-1, de coordenadas X=572562,4199E e Y=8576567,3825N, daí, com distância de 195,33m e ângulo de 160°12'23", determina-se o ponto V-2 de coordenadas X=572628,5595E e Y=8576383,5819N, daí, com distância de 34,49m e ângulo de 300°28'57", determina-se o ponto V-3 de coordenadas X=572598,8294E e Y=8576401,0820N, daí, com distância de 97,09m e ângulo de 289°10'22", determina-se o ponto V-4 de coordenadas X=572513,2396E e Y=8576446,9224N, daí, com distância de 70,35m e ângulo de 338°47'35", determina-se o ponto V-5 de coordenadas X=572487,7897E e Y=8576512,5125N, daí, com distância de 92,73m e ângulo de 339°21'11", determina-se o ponto V-6 de coordenadas X=572455,0900E e Y=8576599,2928N, daí, com distância de 21,41m e ângulo de 341°41'02", determina-se o ponto V-7 de coordenadas X=572448,3600E e Y=8576619,6229N, daí, com distância de 90,20m e ângulo de 78°55'23", determina-se o ponto V-8 de coordenadas geográficas X=572536,8821E e Y=8576636,9531N, daí, com distância de 74,11m e ângulo de 159°50'35", retorna-se em deslocamento retilíneo de 74,11m e azimuth 159°50'35" ao ponto V-1, fechando-se a área poligonal em descrição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de encerrar a sessão, convoco uma sessão extraordinária para votarmos as três matérias aprovadas anteriormente, tendo em vista ser necessária a votação em segundo turno.

Declaro encerrada esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*